

ENTREVISTA

Jacques Wagner:
As propostas do
ministro do Trabalho

IRAQUE

O sindicalismo
na luta contra a
guerra imperialista

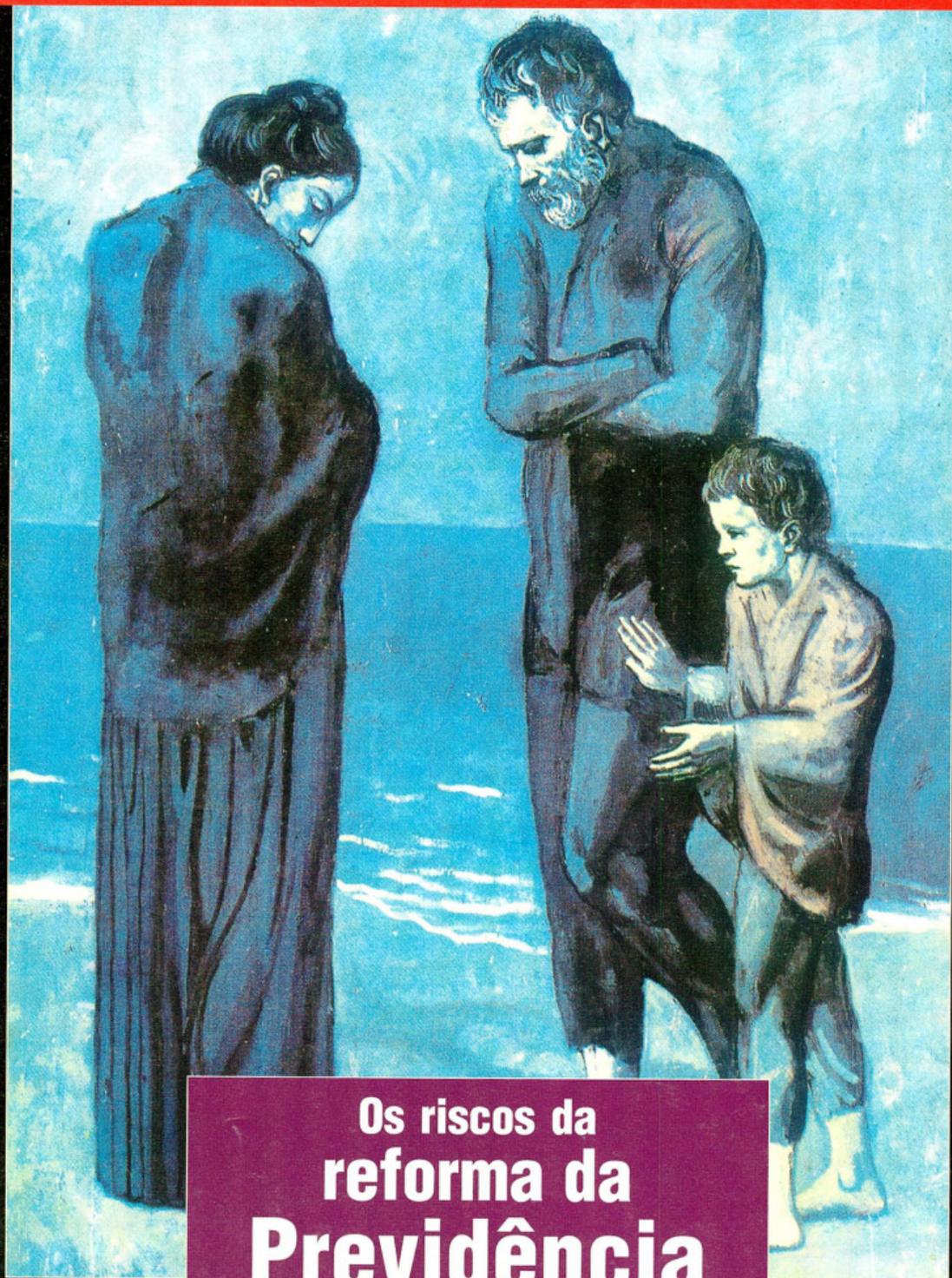
POLÊMICA

Qual a estratégia
da CUT diante
do governo Lula?

ANO 17 - Nº 46 - R\$ 7,50 - ABRIL/MAIO-2003

www.ces.org.br

Debate Sindical



Os riscos da
reforma da
Previdência



Orçamento Participativo: o povo decide



Asfalto e recapeamento de ruas



Restauração do Patrimônio Histórico



Construção de casas populares



Resgate do autêntico carnaval de rua

A Prefeitura Popular de Olinda mostra o que faz.

A Prefeitura de Olinda é uma prefeitura realmente popular. Popular porque escuta o cidadão. Popular porque decide com a população o que fazer no município. Popular porque prioriza obras e ações que beneficiam os que mais necessitam. Na saúde, educação, habitação, obras, cultura, em todos os setores, o avanço da Prefeitura Popular de Olinda é uma realidade que, dia a dia, modifica a qualidade de vida do olindense e de sua família.

Popular. Assim é a Prefeitura de Olinda. Uma gestão conhecida e reconhecida por suas ações.



2008/02



Limpeza de canais



PSE, agentes em ação, vacinação de idosos: saúde em alta

Debate Sindical é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES). Sede: Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010, fone/fax: (11) 289-1496
Correio eletrônico: ces@ces.org.br

Editor:

Altamiro Borges

Conselho de Redação:

Antônia Rangel
Augusto Buonicore
Cláudio Gonzalez
Guiomar Prates
João Batista Lemos
José Carlos Ruy
Orlando Silva Jr.
Oswaldo Bertolino
Sérgio Barroso
Umberto Martins

Conselho Editorial:

Armando Boito
César Benjamin
Clóvis Moura
Décio Saes
Edgard Carone
Emir Sader
Francisco Teixeira
João Pedro Stedile
Luís Fernandes
Luís Paulino
Lucília Machado
Marcos Gomes
Nilton Vasconcelos
Paulo Schilling
Ricardo Antunes

Abigail Pereira
Álvaro Gomes
Augusto Petta
Edson Pimenta
Gilda Almeida
Gilson Reis
Gregório Poço
José Carlos Schulte
Luís Gavazza
Mônica Custódio
Nivaldo Santana
Raquel Guisoni
Vianeí Martins
Wagner Gomes

Desenho da capa:

Picasso/ *Os pobres na praia*, 1903

Edição de fotos:

Jesus Carlos/Imagenlatina

Charges:

Marcio Baraldi

Revisão:

Josenildo Marques

Editores eletrônicos:

Sandra Luiz Alves



- 4 O sindicalismo e a guerra imperialista
JOÃO BATISTA LEMOS
- 7 As propostas do novo ministro do Trabalho
ENTREVISTA: JACQUES WAGNER
- 10 Homenagem ao historiador Edgard Carone
JOSÉ CARLOS RUY
- 11 A temática sindical da inclusão social
COLUNA: MARCIO POCHMANN
- 12 Para onde vai a economia brasileira?
OSVALDO BERTOLINO
- 15 Dificuldades e contradições da economia
MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES
- 17 A estratégia da CUT diante do governo Lula
POLÊMICA: JOÃO FELICIO/WAGNER GOMES
- 22 O novo papel do movimento sindical
COLUNA: ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ
- 23 Incógnitas de uma equação
JOSÉ LUÍS FIORI
- 27 Os contrabandos da reforma da Previdência
ALTAMIRO BORGES
- 32 Relação de trabalho e ação do governo
COLUNA: JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO
- 33 Lênin, os sindicatos e o socialismo
AUGUSTO BUONICORE
- 37 Os impactos da Alca na agricultura
JOÃO PEDRO STEDILE E ALTAMIRO BORGES
- 42 A doutrina Bush e a rapina do petróleo
JOÃO QUARTIM DE MORAES
- 45 Exploração e luta de classes no mundo
NOTAS INTERNACIONAIS
- 46 Contagem regressiva já começou para Lula
COLUNA: HERVAL PINA RIBEIRO
- 47 O livro "Os Sertões" é dez!
RONIWALTER JATOBÁ
- 51 Relação entre movimentos sociais, sindicatos e partido
EVERALDO AUGUSTO
- 56 Resenha de livro
CÉSAR BENJAMIN
- 57 Dicas de filmes e Internet
MANOEL RANGEL/GIOVANNI ALVES
- 58 8º Concut definirá estratégia da central
COLUNA: GILSON REIS

O sindicalismo e a guerra imperialista

A luta pela paz, contra a agressão dos EUA no Iraque, ganha centralidade nas batalhas políticas em curso e exige uma posição mais incisiva dos sindicatos

No final da noite de 19 de março, pelo horário de Brasília, teve início a brutal agressão imperialista dos EUA contra o sofrido povo do Iraque. O céu de Bagdá foi iluminado pelas luzes apavorantes das bombas lançadas a mando do *presidente-cowboy* George W. Bush. Nos dias seguintes, outros milhares de mísseis, carregados com toneladas de explosivos, foram despejados em todo território iraquiano, que passou a ser ocupado por mais de 320 mil soldados, armados com a mais letal tecnologia da morte. Coube a esta pobre nação, um dos berços da civilização, reforçar a tese de que o capitalismo conduz a humanidade à barbárie.

Esta cruel agressão, que já na primeira semana contabilizou milhares de mortos militares e civis, inclusive indefesas crianças, vai se configurando num genocídio de proporções arrasadoras. Fontes da própria ONU estimam que ela pode dizimar meio milhão de vidas, entre os soldados abatidos nas frentes de batalha, os civis atingidos pelos “mísseis inteligentes” (com o “QI igual ao do Bush”, ironiza o jornalista José

Simão), as multidões vitimadas pela falta de comida, água e medicamentos e as gerações contaminadas pelas bombas dos EUA – até hoje crianças iraquianas nascem sem cérebro e com câncer devido à guerra no Golfo em 1991.

PRETEXTOS E OBJETIVOS

Toda esta ação bélica é acompanhada por uma abominável onda de manipulação ideológica. Nos EUA, Bush tenta criar um clima de pânico na sociedade e apela para um nacionalismo de cunho fascista. Para calar as vozes discordantes, impôs o *Patriotic Act*, um conjunto de leis restritivas às liberdades políticas, e criou o Departamento de Segurança Interna, que confere poderes ditatoriais ao governo. A mídia local, controlada pelas megacorporações, amplifica o coro “patriótico” (a cínica vinheta da CNN prega que “a libertação do Iraque começou”). Artistas contrários à agressão, como Meryl Streep, Sean Penn, Vanessa Redgrave, Susan Sarandon e



Dustin Hoffman, são censurados na própria premiação do Oscar-2003.

Nesta truculenta maré de manipulação, que se irradia pelo mundo, pretextos hipócritas são apresentados para justificar a guerra. Entre outros, divulga-se que o Iraque possui armas de destruição que colocam em risco o território norte-americano. Até a ONU rejeitou tal sandice, conforme atestam os relatórios de Hans Blix e Al Baradei sobre as humilhantes inspeções no Iraque. Outra mentira é de que Saddam Hussein dá apoio ao grupo de Osama Bin Laden, fato negado pelo histórico atrito entre Bagdá e os fundamentalistas islâmicos. Por último, afirma-se que a guerra objetiva libertar o Iraque e implantar uma democracia. Baita cinismo dos EUA, conhecidos por financiar golpistas e ditaduras no mundo inteiro – inclusive no Brasil.

Os falsos pretextos, porém, não conseguem mais esconder as verdadeiras razões da agressão imperialista, que geram indignação e revolta em milhões de manifestantes no planeta – em especial na juventude. Entre

HERANÇA MALDITA

Segundo relatório do Banco Central, só em janeiro os gastos do governo Lula com o pagamento dos juros da dívida pública totalizaram R\$ 17,632 bilhões – quase o mesmo valor do déficit do INSS em 2002. Pelo balanço oficial, a cada dia de janeiro, incluindo sábados e domingos, os desembolsos com juros somaram R\$ 569 milhões. Essa herança maldita de FHC tem causado estragos no novo governo. “Fico angustiado cada vez que sou informado de que os juros têm que aumentar mais meio por cento”, confessou Lula.

“MEDO DE OUSAR”

Em sua 553ª sessão plenária, em fevereiro, o Conselho Federal de Economia aprovou resolução criticando as primeiras medidas do governo Lula. Referindo-se a aumento dos juros e do superávit fiscal, ela garante que “as políticas monetária e fiscal restritivas tomadas nas últimas semanas reproduzem a estratégia fracassada do governo anterior. Nesse sentido, o período de transição deve ser entendido como início de mudanças e transformações graduais e significativas, e não de simples pretexto para o medo de ousar”.

BASE DE ALCÂNTARA

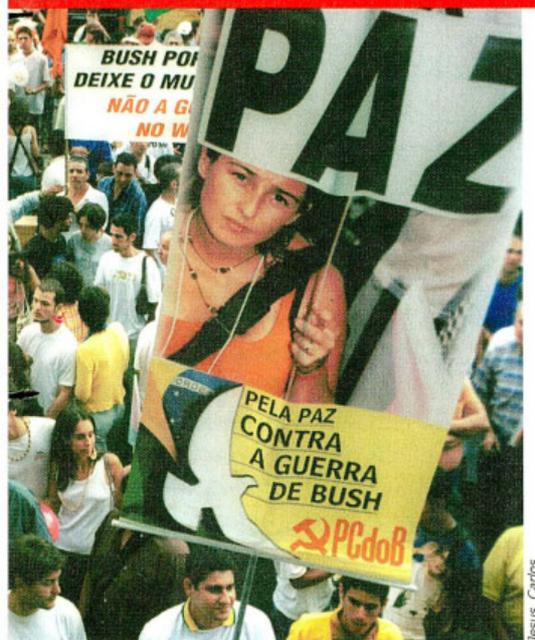
Já no *front* externo, o governo dá novos sinais de uma posição mais ativa na defesa da soberania. Segundo a imprensa, Lula solicitará a retirada no Congresso Nacional do acordo que cederia aos EUA a exploração do Centro de Lançamento de Alcântara. Assinado por FHC em abril de 2000, este acordo foi enviado para votação no parlamento, mas sofreu dura rejeição por representar a total submissão do país. Pelo texto, os EUA teriam controle exclusivo desta base militar no Maranhão, que viraria quase um protetorado.

EUA, um país esbanjador, perdulário e parasitário, onde é iminente uma crise energética”, afirma um dos trechos da resolução aprovada na reunião do Comitê Central do PCdoB, em 23 de março.

REAÇÃO DO SINDICALISMO

Diante destes fatos repugnantes, a novidade mais alentadora do período é o aumento das mobilizações em todos os continentes contra a guerra. Os protestos massivos e diários acirram as contradições entre os blocos capitalistas, expresso na cisão da ONU e na sua “crítica” à agressão, e estimulam o sentimento antiimperialista dos povos. A luta pela paz, uma bandeira radical e ampla ao mesmo tempo, ganha sentido revolucionário e humanista que mobiliza multidões. O Dia Mundial de Luta Contra a Guerra, em 15 de fevereiro, definido unitariamente no III FSM em Porto Alegre, já é tido como o maior protesto da história da humanidade, reunindo mais de 15 milhões de manifestantes em cerca de 700 manifestações no planeta.

Aos poucos, o sindicalismo mundial também sai da sua rotina, premida pelas urgências corporativas, e vai despertando para os graves efeitos da guerra imperialista no Iraque. Nos Estados Unidos, por exemplo, mais de 130 organizações sindicais e comitês de fábricas organizaram a coligação *US Labor Against the War* (Trabalhadores dos EUA contra a Guerra), que engloba 4 milhões de sindicalizados. O USLAW tem liderado os protestos constantes pela paz, enfrentando a ira fascistoide do governo Bush e forçando as bases da central



Jesus Carlos

outros motivos sujos e hediondos, fica patente que os EUA pretendem de fato é anexar um território que possui a segunda reserva mundial de petróleo; que a ofensiva militar visa reforçar o domínio unipolar dos EUA, desbancando outras nações concorrentes e ameaçando possíveis rivais do futuro; e que todo este jogo midiático objetiva esconder a brutal crise econômica que atinge o coração do sistema capitalista, inclusive com a corrosão do dólar. Em síntese, o genocídio serve unicamente aos interesses do capital!

“A guerra do Império contra o Iraque possui um claro sentido econômico, como dizem os cartazes das manifestações pelo mundo denunciando que a guerra é do ‘sangue por petróleo’. A atual cúpula do governo norte-americano possui promíscuas relações com as empresas petrolíferas e armamentistas daquele país e representa no governo os interesses desses setores, ávidos por novos territórios para colonizar, em especial no Oriente Médio e na Ásia Central, regiões onde abunda petróleo, fundamental para os

MASSACRE NO PARÁ

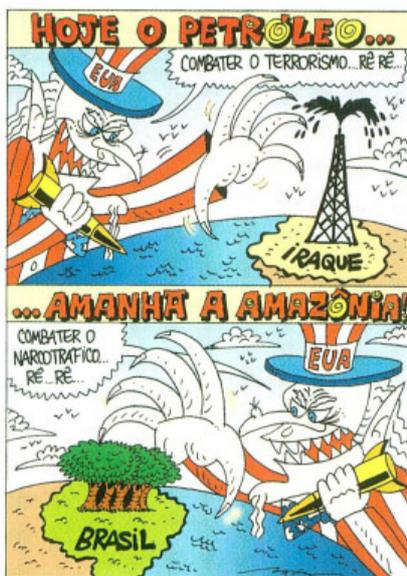
A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA abriu processo contra o governo brasileiro por causa do assassinato de 19 sem-terra em abril de 1996, no famoso “massacre de Eldorado do Carajás”. A denúncia foi apresentada na época pelo MST, mas esbarrou na reação jurídica de FHC, só agora superada. Até hoje, apenas dois dos 144 soldados da PM envolvidos na chacina foram condenados – e ambos com direito a recorrer em liberdade. Caso seja condenado, o governo terá de indenizar as famílias dos mortos.

TRABALHO ESCRAVO

No início de março, o governo Lula lançou um pacote com 75 medidas concretas para erradicar o trabalho escravo no Brasil. Entre outras propostas, inclui uma emenda constitucional que prevê confisco de terras de fazendeiros autuados; ampliação da fiscalização; e um projeto de lei qualificando o trabalho escravo de crime hediondo. Mais de 20 mil brasileiros vivem em regime de escravidão. No lançamento do programa, Lula disse que “mais importante que leis, é a determinação e a vontade política para vencer a escravidão”.

ABAIXO DA INFLAÇÃO

Levantamento do Dieese mostra que o resultado das negociações salariais no ano passado foi o pior desde 1999, ano da mudança do câmbio. Das 499 categorias pesquisadas pelo órgão, apenas 54,7% conseguiram reposição salarial igual ou superior à inflação. As outras sofreram perdas no seu poder aquisitivo; os mais archoados foram os servidores públicos – 68,79% tiveram reajuste menor que a variação do INPC. Para Wilson Amorim, técnico do Dieese, “a tendência é que as negociações sejam ainda mais duras em 2003”.



estadunidense, AFL-CIO, que até agora não adotou uma posição nítida contra a guerra.

Já na Europa, diversas categorias, em especial do setor de transportes, têm promovido greves relâmpagos e ajudado a bloquear o envio de armas e logística para a região em conflito. As centrais sindicais, com destaque para CGIL da Itália, a CCOO da Espanha e a CGTP de Portugal, já realizaram gigantescos protestos de rua, pressionando os seus governos, aliados incondicionais de Bush, a mudarem de posição. Diante desta avassaladora onda de manifestações, a Confederação Sindical da Europa decidiu orientar as entidades filiadas a realizarem paralisações parciais unificadas contra a agressão anglo-americana.

No Brasil, apesar do grosso do sindicalismo ainda parecer apático diante da centralidade da luta contra a guerra imperialista, algumas entidades demonstram maior visão estratégica, classista e internacionalista. Elas têm contribuído, inclusive materialmente, nas ações em curso. Metroviários, petroleiros e servidores públicos discutem a realização de greves relâmpagos,

participam de panfletagens, ajudam na estrutura e engrossam protestos. Também a CUT, que sedia o Comitê São Paulo Contra a Guerra – fórum unitário com mais de 120 organizações da sociedade civil –, tem aderido mais efetivamente às mobilizações.

A plenária nacional da Corrente Sindical Classista, realizada em Belo Horizonte em 15 de março, decidiu concentrar suas energias nesta jornada. “A luta contra a guerra, em defesa da paz e da autodeterminação dos povos, impõe-se como prioridade na atual conjuntura. O sindicalismo classista deve estar na linha de frente das mobilizações, procurando realizar ações concretas pela paz, conscientizar a classe trabalhadora sobre o caráter imperialista do massacre que os EUA promovem contra o Iraque e os perigos que tal investida encerra para os povos do mundo, em particular para o Brasil e para a Amazônia”, afirma a resolução.

Cabe ao sindicalismo brasileiro aderir de fato – e não na vazia retórica – a esta ação de cunho estratégico. A luta pela paz ganha a centralidade nas batalhas em curso. O sindicalismo, que ainda goza de legitimidade e tem certa estrutura, não pode se omitir nesta jornada que visa desmascarar uma ação belicista que terá reflexos profundos na configuração do capitalismo e na exploração do trabalho. Precisa seguir uma antiga lição de Friedrich Engels, para quem os sindicatos devem “levar ao mundo inteiro o convencimento de que as suas aspirações, longe de serem estreitas e egoístas, estão dirigidas à emancipação de milhões de oprimidos”.

João Batista Lemos é coordenador nacional da Corrente Sindical Classista (CSC) e membro do conselho de redação da *Debate Sindical*

As propostas do novo ministro do Trabalho



Jacques Wagner, o novo ocupante do Ministério do Trabalho e Emprego do governo Lula, projetou-se nos anos 80 como líder sindical na Bahia – primeiro como dirigente do Sindiquímica e depois como fundador e maior referência da CUT no Estado. Como deputado federal, eleito em 1990, o sindicalista se destacou nos seus três mandatos consecutivos na defesa dos interesses dos trabalhadores e também como um hábil articulador político. Por estas e outras razões, a sua indicação foi tida como natural. Nesta entrevista, ele critica a herança perversa de FHC, fala sobre seus planos no Ministério e aborda alguns temas polêmicos

Ana Nascimento/ABr

“O programa do Primeiro Emprego vai beneficiar os jovens de 16 a 24 anos,

Debate Sindical: Qual a sua avaliação sobre os oito anos do governo FHC na questão do trabalho?

Jacques Wagner: Neste período, os trabalhadores enfrentaram o maior índice de desemprego e os que conseguiram permanecer empregados sentiram no bolso a alta taxa sob a forma de impostos. Mesmo os que conseguiram se manter no mercado formal, a precarização afetou as condições de contratação e remuneração, registrando-se uma progressiva deterioração dos salários e um aumento da rotatividade no emprego. Houve ainda um aumento da informalidade na indústria, que passou de 16,5% para 30% entre 1991/2001 – precisamente o setor responsável pelo maior nível de formalização do emprego no Brasil. E, apesar desse quadro, o país se tornou o vice-campeão mundial em tributos sobre os salários.

Essa penosa estrutura favoreceu a concentração de renda e reduziu o poder de consumo dos assalariados, além de transferir renda para o governo. Com a falta de crescimento econômico, aliada à automação industrial desordenada, nunca os brasileiros sentiram o mercado de trabalho tão fechado e turbulento. De acordo com o censo demográfico do IBGE, cerca de 11,5 milhões de brasileiros ficaram desempregados, o que significa 15% da força de trabalho do país. Além dos altos índices de desemprego e de rotatividade de mão-de-obra, aumentaram as atividades mal remuneradas, instáveis e de baixa qualidade.

Foram disseminadas formas atípicas de ocupação, sem a devida proteção legal. E proliferou a terceirização da mão-de-obra, principalmente nos órgãos públicos. Mas, citando as palavras do presidente Luís Inácio Lula da Silva no ato de lançamento do programa de Erradicação do Trabalho Escravo, em 11 de março, “agora temos a oportunidade de concretizar as coisas que nós reivindicávamos”. E vamos viabilizá-las.

“A multiplicação de sindicatos menos representativos demonstra que o atual modelo deve ser repensado; sou a favor do fim do imposto sindical”

Quais os maiores desafios do governo Lula numa área que atravessa profundas mudanças, com a introdução de novas tecnologias, o crescimento do desemprego, a evolução da informalidade, etc?

Jacques Wagner: A crescente automação das fábricas e a progressiva substituição dos operários por máquinas vêm tornando o país um campeão na mecanização no continente. Não há como enfrentar o desafio sem medidas para estimular o crescimento econômico e combater a informalidade. Para isso, no contexto das reformas da legislação sindical e trabalhista, serão estudadas novas

modalidades de contratação e de relações de trabalho, associadas ao processo de reestruturação produtiva e de inovação tecnológica. Formas de enfrentar o aumento da informalidade e da precarização do trabalho, assim como a proliferação de atividades mal remuneradas, além dos altos índices de desemprego e rotatividade de mão-de-obra, estão na pauta dos Fóruns de debate das reformas sindical e trabalhista, para alcançar consenso em torno de projetos a serem encaminhados ao Congresso Nacional.

É necessário ainda que trabalhadores, empregadores e entes públicos (poderes Legislativo, Judiciário e não só o Executivo) abordem com mais objetividade o fortalecimento da representação, negociação e solução de conflitos, assim como as condições de contratação, remuneração, órgãos de regulação e fiscalização. Não se pode deixar de lado a questão da informalidade, discutindo formas de integrar os trabalhadores e estimular empresas a contratá-los. Há necessidade de atualização da legislação trabalhista para adequá-la às necessidades do desenvolvimento nacional e às características do mundo do trabalho.

O sindicalismo defende há muito tempo a redução da jornada de trabalho como fator gerador de emprego e renda. Como o senhor avalia essa proposta e quais as medidas para viabilizá-la?

Jacques Wagner: A hipótese de redução da carga semanal de trabalho de 44 horas para 40 horas e o fim da cobrança do

mas garantindo o emprego de quem está trabalhando; ele vai causar surpresa”

imposto sindical de forma obrigatória estão em estudos nos Fóruns sobre as mudanças na legislação sindical e trabalhista. O governo não vai impor uma proposta. Já está funcionando o Grupo de Trabalho da Reforma Trabalhista no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, desde 18 de março. Em seguida vamos instalar o Fórum Nacional do Trabalho com a participação dos trabalhadores, empregadores e dos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Também a Câmara dos Deputados já instalou a comissão especial da reforma sindical e trabalhista. O desafio é tornar as leis e instituições do trabalho mais compatíveis com a nova realidade política, econômica e social do país para enfrentar o aumento dramático do desemprego, da informalidade e da precarização das relações do trabalho.

Há também o programa do Primeiro Emprego para absorver o enorme contingente de jovens que ingressa no mercado de trabalho. Quais as medidas pensadas neste sentido?

Jacques Wagner: O programa do Primeiro Emprego vai beneficiar jovens de 16 a 24 anos, mas com a preocupação de garantir o emprego de quem está trabalhando. É possível conceder benefícios fiscais às empresas que participarem do programa oferecendo vagas. Uma das preocupações será garantir estímulo à escolaridade do jovem. As medidas vão envolver as empresas privadas, além dos nove ministérios que possuem 21 programas para a juventude.



Também vão participar os Bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento. O programa vai surpreender.

A questão da estrutura sindical é extremamente polêmica e desagregadora no sindicalismo. Como o Ministério vai se comportar neste delicado tema? Quais as prioridades e qual o cronograma?

Jacques Wagner: O ambiente de deterioração quantitativa e qualitativa do emprego, de um lado, e de disseminação de novas formas de emprego e ocupação, de outro, tem posto em xeque o atual sistema de relações de trabalho, tanto no que se refere às leis trabalhistas quanto aos instrumentos de negociação coletiva e de resolução de conflitos. O aparato jurídico-institucional que regula o trabalho no Brasil tem se revelado insuficiente. Por este motivo, a reforma sindical virá junto com a trabalhista. O problema é que apesar da Constituição de 1988 ter eliminado instrumentos explícitos de intervenção estatal sobre os sindicatos e consagrar o princípio da livre associação sindical profissional, ela manteve

a unicidade, o sistema confederativo, o imposto sindical e o poder normativo da Justiça do Trabalho. E ainda criou a chamada contribuição confederativa, cuja aplicação deu aos sindicatos o acesso a mais uma fonte de sustentação financeira, recolhida livremente e sem garantia prévia de contrapartidas para os trabalhadores.

Nos últimos 10 anos, apesar da falta de crescimento econômico, houve aumento expressivo do número de sindicatos. Segundo o último censo sindical do IBGE, houve crescimento de 49% dos sindicatos entre 1991 a 2001, totalizando 16,5 mil entidades. No entanto, o crescimento do número de associados a sindicatos de trabalhadores cresceu apenas 22%. O tamanho dos sindicatos foi reduzido e ocorreu uma pulverização de grande parte. Além disso, a taxa de sindicalização entre pessoas ocupadas, que indica a adesão às entidades sindicais, manteve-se nos mesmos patamares do início dos anos 90, em torno de 26%. É verdade que não são poucos os sindicatos brasileiros com história democrática, representatividade e poder de barganha. Porém, a realidade contrasta com a multiplicação de sindicatos cada vez menores e menos representativos, demonstrando que o atual modelo de organização sindical precisa ser repensado. Somos a favor do fim do imposto sindical e a sua substituição por outro mecanismo de financiamento.

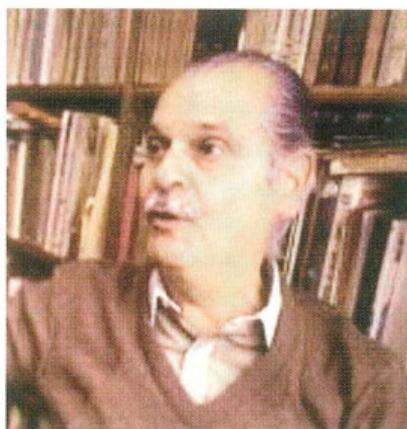
Entrevista concedida, por correio eletrônico, ao jornalista Altamiro Borges

A morte do historiador comunista

Edgard Carone

Todos os que estudam a história da República, agora e no futuro, terão que usar, necessariamente, seus livros. São quase trinta volumes que cobrem todo o período posterior a 1889, publicação iniciada em 1963 com um pequeno e notável ensaio intitulado *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. Historiador reconhecido, sua obra desenvolveu-se à margem da academia, embora tenha chegado a professor livre docente da USP em 1985 (ele se formou em 1948 e só fez seu doutoramento em 1970). Este foi Edgard Carone, falecido em São Paulo, em 28 de janeiro passado, aos 79 anos de idade.

Carone foi aquilo que se chama de escritor engajado. Definia-se como um “velho marxista” e “auxiliar de militante”. Aproximou-se dos comunistas ainda na juventude, na década de 1940, através de seu irmão Maxim, que era filiado ao partido. Juntou-se também a intelectuais de esquerda, como Aziz Simão, Antonio Cândido, Paulo Emílio Salles Gomes, Mário Pedrosa e, por conta da amizade com eles, filiou-se ao Partido Socialista, em 1947. Foi na fazenda que seu pai tinha em Bofete, no interior de São Paulo, que Antonio Cândido encontrou em 1948 os materiais sobre a



POR JOSÉ CARLOS RUY

cultura caipira reunidos num livro clássico, *Parceiros do Rio Bonito*.

Carone, cujo pai foi um imigrante libanês (apesar da sonoridade italiana de seu nome), sempre escreveu com finalidade política e não acadêmica. Em uma entrevista publicada no livro *Conversas com historiadores brasileiros*, disse que “não faço meus livros por razões históricas, mas por razões políticas”. Começou a escrever a história da República “para entender essa mixórdia que era o país”. Marxista, para ele o fundamental era entender “como ocorre o processo de luta de classe no Brasil” e, nesse sentido, organizou seus livros expondo o cenário político de cada período e descrevendo a ação dos protagonistas, as classes sociais, os partidos e forças políticas.

Fugindo aos modismos historiográficos – que, ironicamente, dizia não compreender – tinha grande preocupação com o “problema do revisionismo”, como dizia. Com o revisionismo político que levou muitos a abandonar a revolução em nome da modernidade. Essa preocupação aproximou-o do Partido Comunista do Brasil nas últimas décadas. Foi colaborador freqüente da revista *Princípios* e um interlocutor importante e freqüente em questões sobre a história do movimento operário e do socialismo; apoiou o trabalho da comissão encarregada de escrever a história do PCdoB, com opiniões, ajudando a esclarecer alguns pontos, aconselhando sobre a bibliografia e sobre escritores, e emprestando, generosamente, materiais de interesse para essa história.

Inquieto, bem humorado e algumas vezes áspero quando se defrontava com opiniões mal fundamentadas, ou contra-revolucionárias, Carone deixa o cenário neste momento crucial em que o país se abre para mudanças. Como historiador comunista e como militante da causa do socialismo, fará uma falta imensa.

José Carlos Ruy é jornalista, co-editor da revista *Princípios* e membro do conselho de redação da *Debate Sindical*

A temática sindical da inclusão social

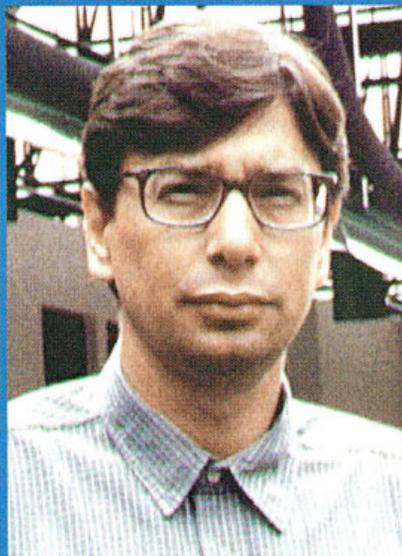
É conhecido o fato do Brasil ser uma referência na desigualdade social. A diferença de renda que separa o seletivo grupo dos ricos da enorme massa empobrecida deixa o país na ponta mundial nas últimas décadas. A eleição de Lula abriu uma oportunidade singular para que essa trágica relação comece a ser revertida. Mas isso não acontecerá somente por vontade política, por melhor intencionado que seja o novo governo.

As condicionalidades econômicas não são desprezíveis e os interesses políticos dos que concentram a renda são muito fortes. Em síntese, os ricos e poderosos podem muito, mas não podem tudo. Não deixa de ser oportuno lembrar que as mudanças sociais dependem também da elevação do grau de consciência do povo, sobretudo do sindicalismo que representa o que há de mais organizado na sociedade brasileira.

OPORTUNIDADE HISTÓRICA

Os tempos não são fáceis, mas as oportunidades históricas não acontecem a toda hora. Por isso, a agenda sindical poderia ser ocupada por mais uma tarefa. Além das suas atribuições básicas, o sindicalismo não deveria distanciar-se da temática da cidade sindical. Ou seja, a tarefa da reação à desigualdade que atinge as condições de vida e

MARCIO POCHMANN



Eleição de Lula abre oportunidade para enfrentar a desigualdade social

trabalho de cada um dos mais de 5,5 mil municípios no país.

Conforme o livro *Atlas da exclusão social no Brasil*, 74% dos brasileiros vivem num mar de exclusão, rodeado por poucas ilhas de incluídos. No passado, ela foi identificada pela diferença entre famintos e bem alimentados, escolarizados e analfabetos, altos e baixos rendimentos, negros e brancos. Os excluídos foram reconhecidos como despossuídos pelo modelo que predominou entre 1930/80, que transformou a grande fazenda que era o Brasil no século 20 na oitava economia mundial no final dos anos 70.

NOVAS REALIDADES

Mas com o tempo, o país incorporou novas realidades, como a da industrialização e da urbanização, que implicaram necessidades adicionais ao modo

pretérito de vida, tornando mais complicada a manipulação dos critérios simplistas de estar ou não alimentado, ser ou não alfabetizado, etc. Assim, deve-se levar cada vez mais em conta não apenas a indicação quantitativa deste acesso, mas também a noção da qualidade.

A simples constatação a respeito do acesso a um bem ou serviço não é mais suficiente para compreender a superação da condição de exclusão. Além disso, convém ressaltar que o fenômeno atual da exclusão não ocorre apenas naqueles segmentos sociais que já estiveram incluídos em algum momento do tempo, mas também os estratos que jamais passaram pela condição de inclusão. Em síntese, a exclusão passa a reunir tanto os que hoje estão deserdados como aqueles que jamais estiveram incluídos, que nunca tiveram condições de vida digna.

Também surgem os novos apartados do acesso aos bens e serviços oriundos das novas tecnologias. Sem o aprendizado das novas linguagens e o distanciamento do uso do microcomputador, parte dos brasileiros fica de fora do que pode ser identificada como a sociedade do conhecimento. Nesse contexto, o sindicalismo possui uma possibilidade mais ampla de atuação, colocando para a sociedade como um todo seus compromissos e ações em torno da inclusão social.

Marcio Pochmann é professor licenciado do Instituto de Economia da Unicamp/SP e secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo. Correio eletrônico: marciop@prefeitura.sp.org.br

OSVALDO BERTOLINO

Para onde vai a economia

É justa a crítica de que as medidas econômicas anunciadas no início do governo Lula foram exageradas e fogem do rumo apontado nas eleições de 2002

As medidas econômicas anunciadas neste início de governo Lula para conter a inflação, particularmente os aumentos de juros e do superávit primário, geraram faíscas à esquerda e, ao mesmo tempo, foram definidas como bem-sucedidas pelos arquitetos do neoliberalismo. Há aqui um claro cenário permeado por vozes conflitantes. A justa crítica que se faz é que essas medidas fogem do rumo esperado para a projeção do médio e longo prazo dentro dos marcos do projeto eleito em 2002. Mesmo com um déficit comercial ainda renitente e uma conta corrente do balanço de pagamentos de alguns bilhões de dólares, mesmo com uma dívida interna que ultrapassa a casa dos R\$ 700 bilhões e um acordo com o FMI de amplo espectro, é possível dizer que foram medidas exageradas.



A manutenção da inflação sob controle é de fato uma condição básica para a tão esperada retomada do crescimento econômico. Mas o que falta é um prognóstico crível de que as doses maciças do amargo remédio prescrito pelo modelo neoliberal aplicadas nesse início de governo resultarão numa melhora efetiva do quadro econômico no futuro. Isso não quer dizer, no entanto, que as palavras do candidato Lula deveriam sair automaticamente do papel para a prática do presidente Lula já nos seus primeiros dias de mandato. Ninguém deveria ignorar os

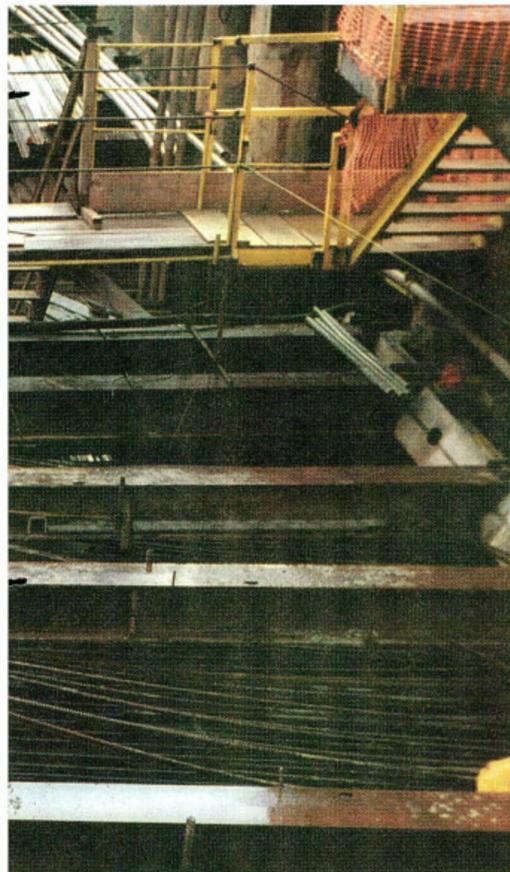
Jogo equilibrado: forças neoliberais sofreram um revés nas eleições de outubro, mas não desistiram do seu plano econômico

limites que a herança neoliberal impõe ao raio de ação do governo nesse início de mandato.

CONTRADIÇÕES DE ENVERGADURA

O mercado financeiro, que

brasileira



Jesús Carlos

ocupou largos espaços na economia do país por conta da política do governo passado, funciona com uma sede inflexível por resultados e previsibilidade. Não há, portanto, bom senso no diagnóstico, mesmo que sinceramente defendido, de que a complexa equação econômica que define a atual situação brasileira deveria ser alterada automaticamente com a chegada de Lula ao Palácio do Planalto. Apostar todas as fichas nesse diagnóstico seria voluntarismo mópe.

Contudo, com a desconstrução das quimeras neoliberais pelo

inequívoco desejo de mudança de rumo manifestado pela eleição de Lula é óbvio que o cenário ficou propício para que o centro da discussão política seja a busca da melhor forma de enfrentar os reais problemas do país - que são estruturais, históricos, duros. E que tendem a ser, cada vez mais, vistos na sua essência, e não na superfície. E que devem ter suas alternativas de solução fundadas em um consenso entre o máximo de correntes políticas. Não há, no entanto, varinha de condão com uma estrelinha na ponta que promova esse consenso. Essa tarefa política exige perícia, paciência e perseverança.

Esse consenso será fundamental, mas independe dele uma sinalização efetiva para um rumo de mudanças. Um país complexo como o Brasil deve olhar para a sua saúde econômica com muita atenção para refletir sobre as alternativas de desenvolvimento que se oferecem para transformá-lo. Talvez o fraco debate em torno desse tema seja a causa principal das inquietações causadas pelas amargas medidas adotadas neste início de governo. É grande a possibilidade de que o futuro da economia fosse menos incerto se as medidas adotadas agora estivessem claramente a serviço da mudança proposta pelo programa do governo Lula. Reunir essas duas necessidades numa só estratégia poderia ser uma eficiente forma de fundar no presente a racionalidade que definirá o futuro.

Ainda estamos submetidos a uma correlação de forças que impõe uma tática de relações sociais fundada na defesa das conquistas populares. As razões do nosso atraso econômico e das nossas injustiças sociais ainda não estão claras para a sociedade. E talvez leve algum tempo e custe muita luta para chegarmos ao

ponto de atingirmos a consciência de que essas razões têm raízes fundas. A questão vista por esse ângulo projeta para o futuro próximo contradições de grande envergadura. É evidente que tentar adivinhar o que vai acontecer daqui para frente, quando muitos não se arriscam a dizer sequer como vai ser o dia de amanhã, pode ser um exercício fútil.

As reformas do governo Lula deveriam visar a dinamização da economia e a desprivatização do Estado brasileiro

CONTROLE DO BANCO CENTRAL

Mas é preciso ter em conta que as forças conservadoras têm um programa e táticas bem conhecidas. O revés por elas sofrido em outubro não quer dizer que o jogo está equilibrado. Se não tomarmos a dianteira dos fatos, certamente perderemos terreno. Há um caso que talvez possa ilustrar bem essa constatação: a ofensiva pela independência do Banco Central. O tom monocórdio dos defensores do neoliberalismo em torno dessa questão começa a incomodar. A grande imprensa, fortemente comprometida com os interesses da "globalização" neoliberal, está coalhada de "economistas" e "comentaristas" que repetem essa cantilena diuturnamente.

Se quisermos atacar os fundamentos do principal vilão da economia, a política de juros



estratosféricos, o Banco Central não pode estar a serviço da tese da “despolitização da moeda” – o slogan dessa campanha dos neoliberais. Não fará sentido o governo abrir mão do controle do Banco Central num cenário em que o nível da taxa de juros desempenhará papel decisivo. O avanço social dependerá de ações conjuntas, envolvendo todas as instâncias e autarquias dos três poderes da República. Um Banco Central independente significa que o governo terá sérias resistências – ou mesmo impossibilidades – para priorizar os investimentos públicos na área social.

Uma verdadeira reforma do Estado, em consonância com o projeto eleito em 2002, não passa por aí. Ela deveria a um só tempo dinamizar a economia e desprivatizar o Estado. São duas profilaxias tão urgentes quanto necessárias. O pano de fundo dessas questões, portanto, é o decantado projeto de governo. Ele não pode ser algo genérico, que se limita ao abstrato campo das intenções. Ele se fundamenta, no terreno econômico, basicamente no desenho da política industrial prometida pelo candidato Lula. Terá de ser algo que faça a diferença entre a política anterior

Com a autonomia do Banco Central o governo terá séria resistência para priorizar os gastos públicos nas áreas sociais

– que não agiu para reduzir a vulnerabilidade externa – e a nova política, cuja estratégia deve estar voltada para aumentar o saldo comercial e agregar valor à produção. A forma para desatar o nó da vulnerabilidade externa passa pela solução do esgotamento da capacidade instalada de setores fornecedores de matérias-primas e pela eliminação dos gargalos representados pela administração da macroeconomia – destacadamente a relação dívida interna/PIB.

Confrontar o quadro existente com o desejável implica em ter como norte a igualdade entre os cidadãos, idéia que funda a maioria dos projetos instalados em países que prezam sua soberania. E isso significa enfrentar, com habilidade, a rede de favores e contatos de bastidores – que são muito fortes no cenário brasileiro –, a hegemonia de alguns sobrenomes e dos círculos oligárquicos que lutam para conservar a riqueza e as oportunidades do mesmo lado da cerca e a herança maldita deixada pelo governo FHC. Trata-se de um estágio que o país terá de superar em sua história se quisermos nos tornar uma nação respeitada.

Oswaldo Bertolino é jornalista, integrante do conselho de redação da *Debate Sindical*

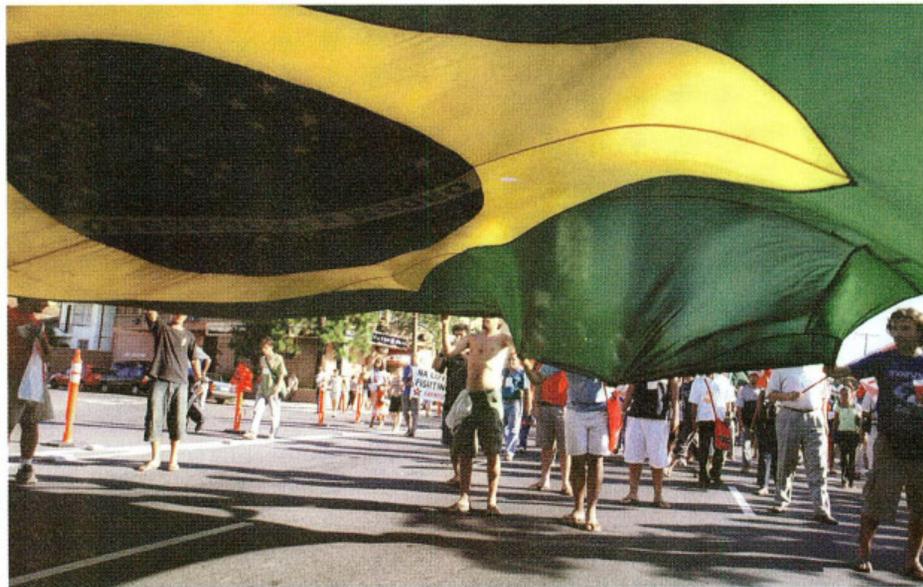
MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES

Dificuldades e contradições da política econômica

Respostas de curto prazo para amenizar a atual crise são possíveis, mas não eliminam a necessidade de desobstruir a “pedreira” herdada do governo passado

As armadilhas da política econômica do governo FHC ficaram manifestas no final de 1998, quando recorremos pela primeira vez ao FMI, e agravaram-se no começo de 2001, quando voltamos ao Fundo. À crise financeira e ao aperto da liquidez internacional seguiu-se a fuga de capitais privados e um novo choque cambial e de juros que levaram a economia à beira da ruptura financeira a partir de maio de 2002.

A gravidade da situação obrigou o candidato Lula a assinar, em junho de 2002, a “Carta ao Povo Brasileiro” e a concordar em manter as metas básicas do acordo com o Fundo durante um período de transição, embora reafirmasse os principais



Jesus Carlos

pontos do programa de desenvolvimento do governo. Essa carta foi aprovada pela direção nacional do PT simultaneamente ao programa de governo. Ambos foram defendidos na campanha, coisa que a imprensa e parte da chamada opinião pública esclarecida faz questão de ignorar.

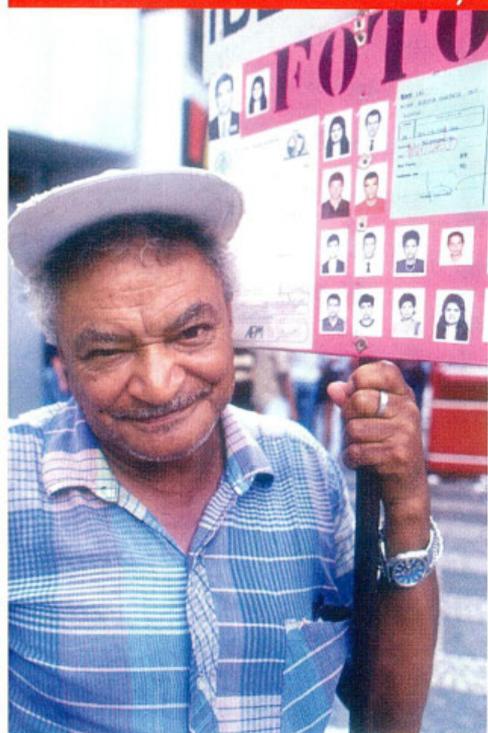
A herança dos governos FHC, em termos de desequilíbrios patrimoniais, era conhecida por sua amplitude em matéria da dívida pública interna, mas não a extensão e a profundidade dos desequilíbrios das empresas nacionais e estrangeiras endividadadas em dólares, sobretudo das que participaram do processo de privatização. O setor elétrico é exemplar. Só depois da posse do novo governo foi possível mapear

o terreno minado e começar a avaliar os estragos.

A outra herança é o movimento contraditório das políticas macroeconômicas. O Banco Central foi colocado a reboque da especulação em mercados financeiros desregulados, com efeitos perversos sobre as necessidades de financiamento interno do setor público e privado. Sobrevindas as crises cambiais, o que a política fiscal fazia com uma mão (ajuste fiscal), a política monetária desfazia com a outra (subida dos juros e da dívida interna).

DIFICULDADES ADICIONAIS

As dificuldades adicionais da



Jesus Carlos

política macroeconômica na atual conjuntura são as seguintes: 1) juros e câmbio altos realimentam a restrição fiscal obrigando a superávits fiscais primários maiores do que os negociados com o FMI, sem produzir uma entrada autônoma ou compensatória de capitais, como ocorria antes de 2001; 2) aumento da inflação provocado por fortes choques exógenos – petróleo, tarifas e preços internacionais das matérias-primas –, sobre os quais as políticas convencionais têm pouco efeito.

Os choques de petróleo estão sempre ligados às guerras no Oriente Médio, mas, nesta conjuntura internacional, refletem também a especulação em *commodities* provocada pela baixa taxa de juros americana e a desvalorização do dólar. O nosso saldo comercial tende a subir, na dependência dos preços das *commodities* acompanharem os movimentos dos preços do petróleo, o que melhora o poder de compra das exportações, mas pressiona os preços internos. As

pressões inflacionárias exógenas rebatem sobre os preços de produção dos produtos agrícolas e, na ausência de estoques reguladores, atingem os consumidores. Os preços administrados também sofrem pressão – tanto os dos combustíveis como os dos serviços de utilidade pública das concessionárias privatizadas e endividadas em dólar.

A subida da inflação infla as receitas fiscais nominais e diminui as despesas públicas em termos reais, permitindo obter um superávit primário maior do que o programado. Os salários dos servidores e outras despesas não-corrigeíveis durante o ano fiscal serão os mais atingidos. O serviço da dívida interna e a relação dívida/PIB pioram cada vez que há qualquer elevação de juros nominais ou do câmbio.

Em 2003, o Brasil contará basicamente com o fluxo de capitais compensatórios dos organismos internacionais, mas e em 2004? A arbitragem nos mercados futuros de câmbio e juros, sobretudo ante a ameaça da guerra, pode conduzir a um novo aperto do crédito externo, com a subsequente elevação dos juros reais. Um aumento dos juros não melhora os fluxos líquidos de capital externo autônomo e piora a rolagem da dívida das empresas privadas nacionais e estrangeiras e o serviço da dívida pública interna.

REFORMAS EM DEBATE

Estão em discussão as reformas previdenciária e fiscal, também com efeitos contraditórios a curto prazo. A reforma da Previdência tal como está proposta no Projeto de Lei nº 9 pode agravar ainda mais a crise fiscal, sem nenhum efeito distributivo positivo ou de

inclusão social, o mesmo podendo ocorrer com a reforma tributária. A discussão bem informada poderia ajudar a esclarecer as inconsistências intertemporais e distributivas. Se for mal encaminhada (em particular a questão dos funcionários públicos e dos fundos de previdência complementar), a discussão poderá levar a aposentadorias precoces e à piora da situação fiscal a curto e médio prazos. Por outro lado, os excluídos do mercado formal de trabalho, que são a maioria da população, só podem ser abrangidos por políticas de seguridade social no sentido amplo, que, por sua vez, dependem de não esterilizar as contribuições sociais com despesas crescentes de juros.

Respostas de curto prazo para amenizar a atual crise e políticas compensatórias para os mais desfavorecidos são possíveis, mas não eliminam a necessidade de desobstruir o caminho da “pedreira” herdada do governo passado. A excessiva “autonomia”, ou, melhor dizendo, “dependência” do Banco Central em relação ao mercado desregulado não ajuda em nada a minorar o impasse presente.

A manutenção da proposta de desenvolvimento com a visão estratégica das políticas de inclusão social podem ajudar a superar a crise, desde que se sustente uma política de produção, emprego e distribuição de renda que mantenha o rumo durante e depois de cada choque. Isso requer uma forte coordenação dentro do governo e deste com a parcela da sociedade que quer mudanças sem precedentes na história econômica e política brasileira.

María da Conceição Tavares é economista, professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora associada da Unicamp/SP. Correio eletrônico: mctavares@cdsid.com.br

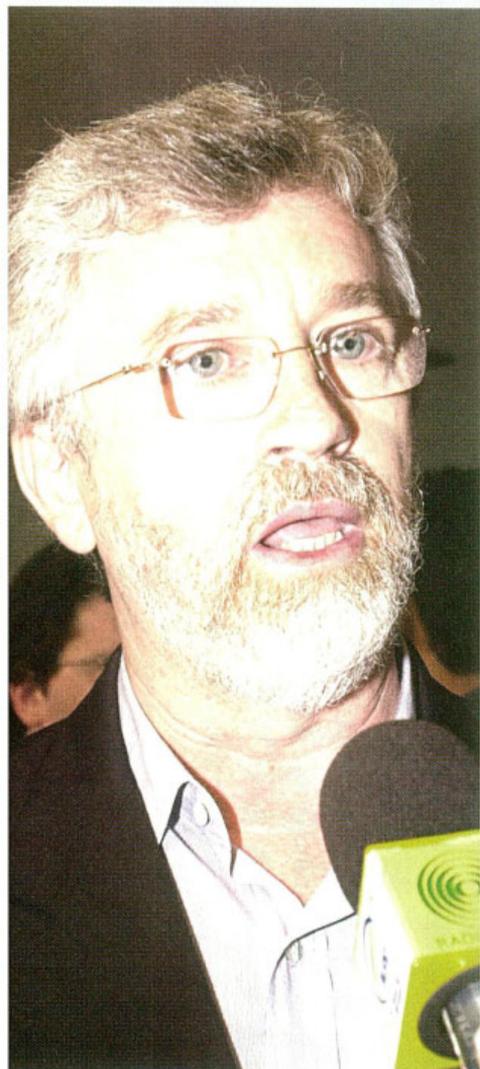


Jesus Carlos

A estratégia da CUT diante do governo Lula

Qual deve ser a estratégia da maior central sindical brasileira diante do novo ciclo político iniciado com a posse do presidente Lula? Este deverá ser o principal ponto de pauta do 8º Congresso Nacional da CUT, que foi antecipado para o início de junho exatamente devido à relevância do tema. Para refletir sobre este candente assunto, a *Debate Sindical* solicitou as opiniões de dois integrantes da executiva da central, que expressam as posições das duas maiores correntes internas da CUT

JOÃO FELICIO



Relações entre o governo e o movimento sindical serão diferentes de tempos atrás, mas isso não significa que a CUT deverá abrir mão da autonomia na sua atuação

Novos tempos para os

Com a eleição de Lula, as perspectivas para ampliar os

A eleição do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República é um marco na história do Brasil. Primeiro, porque pela primeira vez um trabalhador ocupa o cargo mais alto do país. E, segundo, pela possibilidade da classe trabalhadora ver consolidado um sonho acalentado há tanto tempo: um Brasil mais justo e democrático. Nesse contexto, a perspectiva para o movimento social, principalmente para o sindical, em ampliar os direitos dos trabalhadores torna-se um fato concreto, até porque, a eleição de Lula é, no entender da CUT, o resultado das lutas dos grandes movimentos sociais desde os anos 70.

A própria CUT engajou-se, desde o seu nascimento, em agosto de 1983, na construção e na organização de amplos movimentos de massa, empenhando toda a energia capaz de dar sentido aos conceitos “justiça social” e “democracia plena”. Ao vislumbrar na candidatura Lula a única alternativa viável para a transformação da realidade cotidiana de cada cidadão, em particular daqueles que hoje se encontram à margem da vida social, política e econômicas nacional, a CUT não vacilou em decidir, de forma inédita, empenhar esforços em eleger Lula e todos os candidatos aos governos estaduais, deputados e senadores comprometidos com esta perspectiva. E deu certo. Além do presidente, vários governadores e prefeitos foram

eleitos; dos 91 deputados federais eleitos pelo PT, 42 são oriundos do movimento sindical.

DISPOSIÇÃO PARA O DIÁLOGO

Esta nova conjuntura nos impõe uma responsabilidade sem precedentes. Mas há um trunfo entre as organizações dos trabalhadores e o próprio governo federal: a disposição para o diálogo. Desde os primeiros dias, após o anúncio da vitória nas eleições, o presidente Lula tem deixado claro que irá privilegiar as negociações com a sociedade. Se na década de 80, o movimento sindical cutista não tinha alternativa senão ir às ruas reivindicar direitos e usar a greve como forma de pressão, hoje a CUT vê nesses canais de negociação um fator determinante de sua ação e de consolidação de um novo tempo.

Acredito que as relações entre o governo federal e o movimento sindical cutista serão diferenciadas de tempos atrás. Hoje temos orgulho de ter participado da elaboração de pontos do programa de governo. Mas isso não significa que devemos abrir mão de nossa autonomia. Ao contrário. A CUT representa parte significativa da sociedade, que são os trabalhadores. Já o governo representa toda a sociedade.

Nesse sentido, nada mais natural que haja, em determinados momentos, divergências sobre pontos de discussão da agenda nacional. O conflito de interesses é próprio

trabalhadores brasileiros!

direitos dos trabalhadores tornam-se um fato concreto

das democracias e, certamente, esses conflitos farão parte do convívio entre o governo e o movimento sindical. Seria natural os trabalhadores irem à Brasília, por exemplo, pedir agilidade na votação deste ou daquele projeto ou, ao contrário, questionar esta ou aquela medida. Isso significa, na verdade, a necessidade do Brasil realizar as reformas. Se elas estão na agenda do governo, estão na agenda da CUT também. E agora é hora de fazê-las e concluí-las ainda este ano.

PRIORIDADES DO SINDICALISMO

Para a CUT, as prioridades recaem sobre as reformas tributária, previdenciária, trabalhista e sindical, agrária e agrícola, além da discussão sobre o papel do Estado e das políticas públicas. O Brasil precisa voltar a crescer de forma sustentada, gerar empregos, distribuir renda e, conseqüentemente, vencer a inflação, por isso, precisa das reformas.

Na reforma trabalhista e sindical, a CUT propõe ao governo Lula o reconhecimento das centrais como instituições sindicais e interlocutoras dos trabalhadores. E que os debates principiêm pela liberdade e autonomia sindicais. Quanto à reforma tributária, defendemos maior progressividade na estrutura, aumentando a tributação direta sobre a renda e patrimônio; desoneração dos investimentos, exportações e produção dos bens que deverão compor a política de segurança

alimentar; maior diferenciação na arrecadação tributária por porte de empresa, dando mais condições à formalização de empresas e ampliando a base de arrecadação; mudança na incidência das contribuições sociais da folha salarial pagas pelas empresas para o faturamento e ou lucro, eliminando assim o obstáculo à formalização do emprego e ampliando a arrecadação para o financiamento da seguridade social.

Para a reforma agrária e política agrícola, acreditamos que todas as entidades sindicais e sociais devem ser envolvidas nesta discussão. Deve-se levar em conta as diversidades regionais e culturais, estabelecendo metas regionais e nacionais. É necessário, além da terra, infraestrutura, crédito e assistência técnica. As políticas agrícolas devem dar prioridade ao desenvolvimento rural sustentável, baseado na agricultura familiar, acompanhado de políticas sociais, de saneamento e crédito.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Quanto à reforma da Previdência, que deve ser a prioridade nas discussões do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, criado pelo governo Lula, a CUT defende uma reforma geral em todo o sistema, que resgate o conceito de Seguridade Social, inserido na Constituição de 1988, de modo que as políticas voltadas à saúde, previdência e assistência voltem a

ser pensadas de forma conjunta e articulada. Portanto, a CUT defende um sistema único e universal, administrado pelo governo, trabalhadores, aposentados e empresários, e com um teto de 20 salários mínimos.

A discussão é complexa. Precisa-se levar em conta a informalidade na economia brasileira (57% da PEA não possuem carteira assinada e não contribuem com o INSS), o aumento na expectativa de vida do brasileiro, os desvios praticados pelo Tesouro, quando deixa de repassar ao INSS as receitas destinadas ao financiamento dos benefícios aos trabalhadores em regime de economia familiar, a renúncia, o alto índice de sonegação fiscal e a ineficácia da fiscalização e cobrança.

E, concluindo, é preciso repensar o papel do Estado e a adoção de políticas públicas à luz do contexto da globalização da economia e do processo histórico de formação do Estado brasileiro. O centro dessa discussão deverá partir das prioridades à geração de emprego e renda, desenvolvimento rural (regional e solidário), infraestrutura (energia, saneamento, transporte coletivo e habitação popular), e as políticas industriais (bens de consumo de massa, substitutivas de importações e de promoção das exportações). Sem falar, evidentemente, das políticas sociais de saúde, educação e segurança.

Vivemos, certamente, novos tempos. E acredito em novos horizontes, também. Concluídas as reformas ainda este ano, o Brasil terá mais chances de vislumbrar para as novas gerações um país melhor, mais justo e democrático.

João Felício é presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

WAGNER GOMES



O governo Lula será alvo de intensa disputa. As esquerdas elegeram o presidente, mas não tomaram o poder; o modelo neoliberal foi derrotado nas urnas, mas não foi aniquilado

Intensificar a luta pelas

CUT deve zelar pela sua independência, pavimentando um

O debate sobre a nova estratégia da CUT será o ponto mais polêmico do 8º Concut. E não é para menos. Afinal, de nada adianta a ação sindical cotidiana, que corre atrás das urgências, sem a definição do norte estratégico. Desde a sua origem, a CUT tem firmado o seu projeto de atuação. Este já passou por várias fases – desde a visão de um sindicalismo combativo até a atual e insossa proposta do “sindicato cidadão”. Apesar disso, a central nunca deixou de ser a principal referência da luta dos trabalhadores. Este processo de elaboração, porém, entra agora numa nova etapa, carregada de possibilidades e cheia de armadilhas.

A vitória das esquerdas na eleição presidencial abriu um novo e promissor ciclo político no país. Em toda nossa história, nunca o Brasil foi dirigido por forças tão nitidamente identificadas com as lutas populares, forjadas no combate à ditadura e na resistência à exploração. Além disso, a vitória tem forte impacto no mundo, em especial no nosso continente. Pela primeira vez o projeto neoliberal, hegemônico há décadas, sofre uma estrondosa derrota num país de dimensão continental e peso na economia. A posse de Lula, um retirante nordestino, líder grevista e dirigente sindical, dá forte simbolismo a esta histórica conquista.

A vitória, porém, não deve ofuscar os limites do novo governo. É preciso conhecê-los para não idealizar o processo em curso. Três fatores são decisivos

na análise da atual conjuntura. Primeiro: o cenário mundial de grave crise do capitalismo e de ofensiva guerreira dos EUA, que condicionam países como o Brasil. Segundo: a herança maldita deixada por FHC, que entregou ao sucessor uma nação à beira da falência – mais endividada, desnacionalizada e estagnada economicamente. Terceiro: a ausência de maioria política do novo governo, expressa na posição minoritária das esquerdas no parlamento e nos governos estaduais.

Em síntese: as forças populares elegeram o presidente, mas não tomaram o poder; e o neoliberalismo foi derrotado eleitoralmente, mas não foi aniquilado. Isto confirma que o novo quadro político será de forte turbulência. O governo Lula será alvo de intensas pressões. As classes dominantes, derrotadas nas urnas, farão de tudo para manter a orientação econômica que serve apenas aos interesses do capital financeiro. Tentarão enquadrar o novo governo, vendendo a falsa idéia de que não há alternativas ao “deus mercado”. Caso se sintam ameaçadas, jogarão na sua pura desestabilização – como ensina o caso da Venezuela.

PRESSÃO POPULAR

O jogo será pesado, não terá nada de “paz e amor”. E a pressão não virá somente de fora do Planalto. Ela está refletida na própria composição do governo,

mudanças no Brasil

campo de pressão pelas mudanças de que o país necessita

com setores-chaves pregando a continuidade do modelo neoliberal. A CUT precisará se posicionar neste fogo cerrado. Seu papel será ainda mais relevante como força protagonista no Brasil. Ela precisará exercitar, num patamar ainda mais elevado, a sua concepção e prática de autonomia e independência na defesa dos interesses imediatos e futuros dos trabalhadores.

Neste sentido, seu objetivo estratégico deve ser o de pavimentar um campo de pressão popular para se contrapor ao brutal cerco das elites neoliberais. Por um lado, ela deve dar apoio ao projeto de mudança expresso no governo Lula. Na atual correlação de forças, nacional e mundial, a derrota deste governo será a derrota do projeto alternativo das esquerdas. Por outro, ela precisa zelar pela sua independência de classe, viabilizando um campo de pressão ativo pelas mudanças de que o país necessita e as urnas exigiram.

A CUT deve evitar dois riscos. Não pode cair no voluntarismo que desconsidera a realidade e, de forma indireta, faz o jogo da direita; nem na postura passiva, de apoio incondicional, que transformaria a central num apêndice governista. Para certas forças mífopes, a vitória eleitoral não representou nada de novo; para outras, pragmáticas, expressou um fim em si mesmo, o ponto de chegada do seu projeto reformista. Para os classistas, ela é encarada como mais um passo decisivo na luta pelo objetivo estratégico do socialismo.

Com esta visão, a CSC enfatiza a importância da autonomia e independência da central. Rejeita qualquer tentativa de ingerência na CUT e qualquer postura passiva, de cooptação, da sua direção. O caminho da institucionalização seria trágico para a luta sindical e não traria qualquer vantagem ao novo governo. Na defesa do governo Lula, a CUT não deve abdicar do seu projeto de classe e nem confundir ampla unidade nacional com a falsa conciliação de classes; não deve aceitar pagar o “pacto” da crise do capitalismo.

BANDEIRAS E FORMAS DE LUTA

Neste rumo estratégico, a CUT precisa reavaliar suas bandeiras, suas formas de luta e de organização. As reivindicações tradicionais, como da reposição salarial, mantêm-se atuais. Outras, porém, ganham maior relevo. A CUT deve ser ativa na defesa de um projeto nacional de desenvolvimento. Sem a retomada do crescimento será impossível gerar emprego e renda. Para isto, torna-se crucial a ruptura com o perverso receituário neoliberal. Do contrário, todo o esforço produtivo será sugado pela oligarquia financeira.

A CUT também precisa apresentar um projeto próprio e concentrar todas as suas energias numa massiva campanha pela valorização do trabalho. Neste ponto, ganha destaque a urgente mobilização pela redução da jornada sem redução salarial. Esta

é a bandeira que melhor encarna a luta contra o desemprego.

Ainda no que se refere às novas demandas, a CUT deve dar maior atenção aos temas internacionais. Com a globalização neoliberal, as nações periféricas são cada vez mais subjugadas pelas potências imperiais. A “petroguerra” contra o Iraque, por exemplo, só reforça o poder dos EUA; o mesmo quanto à Alca.. Hoje, mais do que nunca, a CUT deve ser protagonista nas lutas “globalizadas” contra a ofensiva imperialista.

Quanto às formas de luta, a CUT deve evitar os visgos da burocratização, reforçados agora com a vitória eleitoral das esquerdas. Ela necessita ser uma central mais presente nas lutas, investindo prioritariamente nas ações de rua. Deve ainda superar as ações puramente verticalizadas, “corporativas”, apostando nas lutas políticas de toda a classe. Para pavimentar um campo de pressão popular é urgente unificar as lutas em torno de bandeiras como a da valorização do trabalho, da redução da jornada, contra a guerra e a Alca.

Por último, a CUT deve aproveitar ao máximo a nova conjuntura para reforçar sua organização nas bases. Ganha relevo a conquista legal das OLTs, hoje mais viável do que antes. Desta forma, a vitória eleitoral seria coroada com o avanço da organização autônoma e democrática dos trabalhadores. O momento também permite aperfeiçoar a estrutura sindical brasileira, visando superar a fragmentação e conquistar o sindicato por ramo de atividade. Isto sem cair no canto da sereia das propostas liberais do pluralismo sindical.

Wagner Gomes é vice-presidente nacional da CUT e integrante da coordenação da Corrente Sindical Classista (CSC)

O papel do movimento sindical no governo Lula

Qual o papel do movimento sindical no governo Lula? Esta tem sido a pergunta mais freqüente que tenho ouvido. A resposta, como não poderia deixar de ser, é simples: o de sempre.

Organizar, representar e lutar por justiça social. O sindicalismo, no período pós-64, passou por duas fases importantes e agora ingressa numa terceira em que não basta ser contra e reivindicar, é preciso formular e apresentar alternativas.

A primeira fase foi a da contestação ao regime militar. A segunda, com a força acumulada pela derrota da ditadura, foi a da reivindicação corporativa, quando algumas categorias, por sua condição privilegiada de maior poder de pressão sobre governo e patrões, obtiveram ganhos. A terceira, que coincide com a eleição de Lula, será desafiadora porque, além da combatividade, exigirá criatividade e participação.

PARTICIPAÇÃO ATIVA

Portanto, a diferença fundamental no governo Lula é que o sindicalismo será desafiado a exercer aqueles papéis ou funções (organizar, representar e lutar) nas dimensões sociais, econômicas, políticas e jurídicas, inclusive com participação ativa nos fóruns e instâncias de formulação de políticas públicas.

Na dimensão social, os

ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ



**Na nova fase,
não basta ser
contra e reivindicar;
é preciso formular
alternativas**

sindicatos têm papel fundamental a desempenhar, além da defesa dos interesses específicos da categoria que representa. Devem liderar a mobilização em favor da inclusão social, por um lado reivindicando e propondo políticas públicas para incorporar os assalariados excluídos da seguridade; por outro, combatendo o desemprego, as formas degradantes de trabalho, a exclusão social, a fome, etc.

No aspecto econômico, além da luta pela reposição salarial, o sindicalismo tem a obrigação moral de protagonizar um grande movimento em favor da ampliação do salário na renda nacional, recuperando parcialmente aquilo que foi transferido para o mercado financeiro. Ao lado da defesa da estabilidade e do crescimento econômico, ele deve reivindicar

políticas que reduzam a carga tributária sobre o assalariado, especialmente os impostos sobre renda e consumo, que sugam a maior parcela do dinheiro do assalariado.

SINDICALISMO REVIGORADO

No plano político, o movimento sindical deve fiscalizar os atos governamentais, exigir ética na condução da coisa pública, participar dos debates da reforma trabalhista, previdenciária e sindical e, principalmente, conscientizar seus representados sobre a importância da defesa dos interesses gerais do país num contexto de globalização mundial, informando as implicações dos acordos e tratados como a Alca, entre outros.

Na esfera jurídica, além da luta pela continuidade das três fontes de direitos (a lei, incluindo os convênios da OIT, a negociação e a sentença normativa), o sindicalismo deve acionar o Poder Judiciário sempre que houver supressão ou ameaça aos direitos. Deve, principalmente, exigir e fazer uso do instituto da substituição processual, evitando que o trabalhador isoladamente seja exposto numa demanda judicial.

Como se vê, em lugar de anular, como muitos imaginavam, a eleição de Lula pode revigorar o movimento sindical, possibilitando o exercício de atribuições e responsabilidades que antes eram negligenciadas.

Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).
Correio eletrônico: toninho@diap.org.br



■ Posse de Luis Inácio Lula da Silva, 1º de janeiro de 2003, Brasília

Incógnitas de uma equação

“A história se realiza de tal modo que o resultado final se desprende sempre dos conflitos entre um grande número de vontades individuais produzidas por uma grande quantidade de condições particulares de existência: um grupo infinito de paralelogramos de forças donde sai uma resultante, o acontecimento histórico”

Friedrich Engels, Carta a J. Bloch, 1890

JOSÉ LUÍS FIORI

Em momentos de ruptura ou inovação histórica, não é prudente deduzir o futuro de um governo a partir da sua mera composição ministerial. Nomes, passados e militâncias são coisas muito importantes, mas insuficientes numa hora em que a decisão

política é mudar e inventar. Sobretudo num governo que se propõe a trabalhar em conjunto, mas que tem objetivos e metas em distintos campos – não necessariamente compatíveis e lideradas por personalidades e vocações políticas fortes e

ambiciosas – como na reforma agrária, alfabetização massiva, reforma urbana, fome zero, crescimento econômico com equilíbrio monetário, integração sul-americana, reestruturação da infra-estrutura energética, etc.

Neste contexto, vontades

O resultado do atual jogo de forças dependerá da correlação entre a vontade

Governo tem que se mover com a cautela de quem desarma uma bomba, mas precisa definir passos para lograr este objetivo

individuais e condições particulares podem se somar ou conflitar, mas em geral acabam ocupando papéis que vão sendo definidos pelo quebra-cabeça da invenção, ou pelo que Engels chamou de um “grupo infinito de paralelogramos de forças donde sai uma resultante, o acontecimento histórico”. Neste caso, a invenção do novo caminho, do novo modelo ou do novo projeto de Brasil proposto pelo governo Lula. O resultado deste jogo de forças dependerá muitíssimo da correlação entre a vontade política de mudança e o peso da inércia das instituições, dos interesses e, neste momento, sobretudo da herança deixada pelos governos neoliberais da década de 90. Dependerá da capacidade dos inovadores construir uma nova hegemonia dentro da sociedade, do aparelho estatal e nos meios de comunicação de massa que em muitos casos seguem comemorando a década de 90 e exigindo a continuação das mesmas políticas que levaram o continente a um desastre histórico. Como se nada tivesse passado, ou o que é pior, como se tudo tivesse sido um sucesso, inclusive a tragédia argentina.

De qualquer maneira, esta é

uma das posições no debate nacional que atravessará o governo Lula e seu futuro dependerá de qual dos paralelogramos de forças que imporá a direção central e o ritmo das iniciativas mudancistas ou conservadoras das políticas estatais. Trata-se de um caso completamente diferente do que foi o governo Cardoso, em que havia uma só política que era o princípio, o meio e a meta final do governo. Todos os demais ministérios e reformas ficaram submetidos e paralisados pela política macroeconômica. Basta ver o destino que tiveram as promessas de campanha de FHC, engavetadas não por falta de inteligência ou boa vontade do presidente, mas simplesmente porque foram boicotadas pela sua própria política econômica. O que houve foi um governo que durante oito anos fez todos os dias a mesma coisa, uma só coisa, manter o imobilismo de sua

política macroeconômica à espera de que os mercados e as reformas liberalizantes resolvessem os problemas do desenvolvimento econômico social do país.

UM PROLONGADO APAGÃO

Antônio Palocci sintetizou melhor que ninguém a crítica do novo governo à impotência e ao fracasso desta política econômica e a urgência da mudança: “O governo FHC difundiu, junto com parcelas da comunidade internacional, a ilusão de que o crescimento econômico e a redução da exclusão social seriam resultante natural do desenvolvimento dos mercados... Como resultado, estamos recebendo um país que não conseguiu avançar na separação da velha dicotomia entre economia e sociedade, em que as políticas sociais aparecem como adereços e apêndices do esforço de controlar a economia... (em que) o planejamento atingiu um nível de esvaziamento brutal e o estado brasileiro vive um prolongado ‘apagão’. Mudar o eixo dessa equação historicamente adversa ao nosso povo representa nosso maior desafio”.

Nunca é demais lembrar a realidade a que se refere Palocci, porque para uma parte da imprensa é como se o Brasil e a América Latina estivessem em estado de graça e houvessem vivido um grande sucesso durante a década de 90, a ser preservado cuidadosamente pelo novo governo. Foi uma década em que a média de crescimento do continente ficou em menos de 3%, quando havia sido de 5,5%



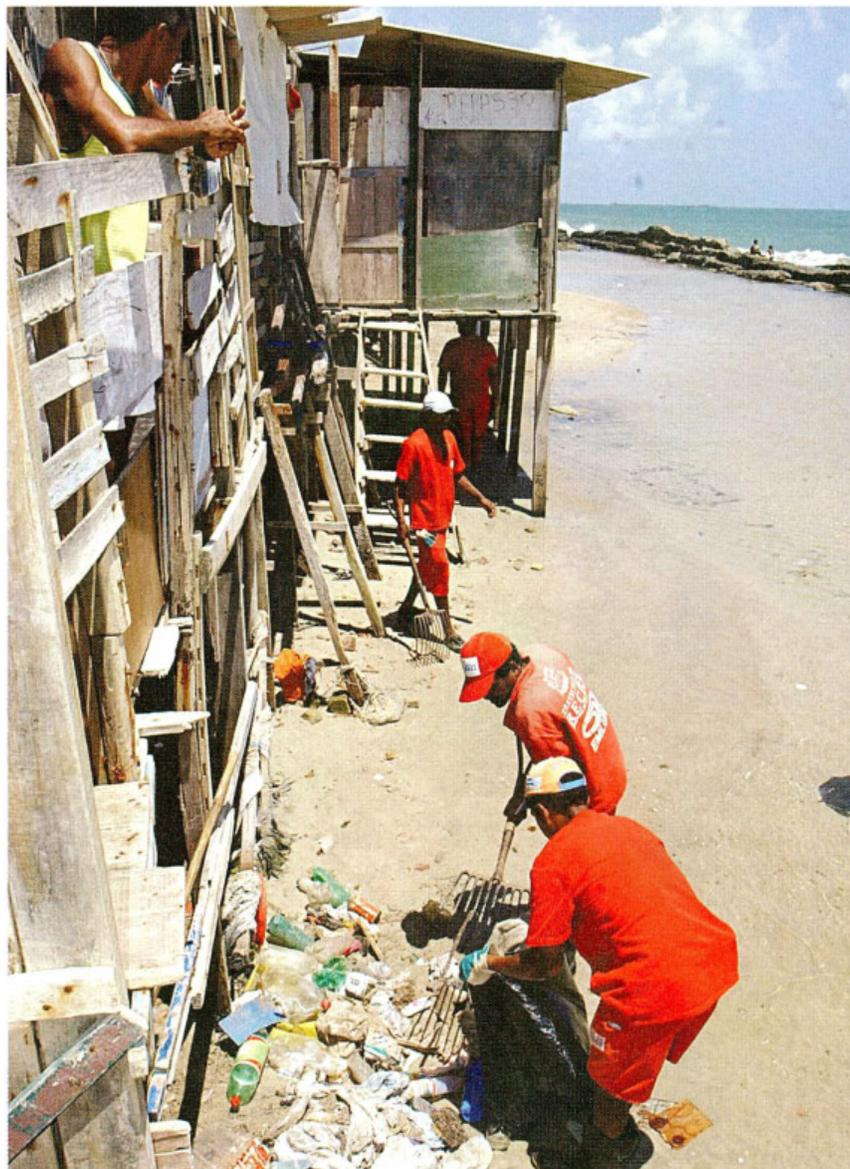
■ Antônio Palocci, Fazenda

Ninguém duvida de que a chamada linha Palocci/Meireles é a mesma do governo anterior no campo macroeconômico

política de mudança e o peso da inércia das instituições

anuais durante os 30 anos de “desenvolvimentismo”. No caso brasileiro, estas cifras são ainda mais contrastantes, porque a média anual de crescimento, entre 1945 e 1980, ficou entre 7% e 8%, e a taxa da década neoliberal ficou em torno de 3%, igual ou menor, portanto, do que a dos anos oitenta, chamados de “década perdida”. As taxas médias de crescimento anual do PIB brasileiro per capita passaram de 6,0 % na década de 1970 para 0,96 % na década seguinte, e algo em torno de 0,60 % entre 1990 e 1998, segundo dados do IPEA, do Ministério de Planejamento. Enquanto que as taxas de emprego declinaram, em média, 0,3% ao ano fazendo com que o desemprego passasse de 5,6% para 7,2%.

No início do novo século, o quadro latino-americano deteriorou-se ainda com a destruição da economia argentina e a desintegração social e territorial da Colômbia. A taxa de crescimento caiu para 1,2% em 2001, devendo ficar em torno de 0,7% em 2002, se não forem incluídos os dados sobre a economia da Argentina (neste caso, o crescimento do continente seria de 1,1% negativos). Como as taxas de juros foram sistematicamente superiores às taxas de inflação e de crescimento, transformaram-se na principal causa dos desequilíbrios macroeconômicos que aprisionaram e paralisaram as políticas públicas do governo FHC, gerando uma insuficiência fiscal crônica, independente do tamanho da receita ou dos superávits primários que fossem obtidos.



Paiaffitas/Rose Brasil/ABR

DESARMAR A BOMBA

Como mudar este modelo e por onde começar, não são questões triviais nem consensuais. Acho que aqui há que se andar com cautela e de partida não acredito na idéia de que possa haver uma política econômica que valha para um ou dois anos e que depois seja substituída. Ninguém

tem dúvidas de que o que se chama de linha Palocci/Meireles é a mesma do governo anterior no campo da política macroeconômica, e que ela representa uma postura defensiva de quem teve que evitar uma “crise anunciada” para o início do governo Lula e teme uma retaliação imediata dos “mercados” ou agentes



Jesus Carlos

Cardoso fez todos os dias a mesma coisa; manteve o imobilismo de sua política econômica à espera da solução dos mercados

política e da ação dos mercados. Durante a espera pela ação dos mercados o governo deveria enfrentar seus efeitos sociais maléficos com política sociais compensatórias e focalizadas. Já o novo governo tem dito com insistência que se propõe a mudar o modelo sócio-econômico do país, o que é muito mais do que a mera política macroeconômica. Aqui a questão não é de tempo, é uma questão de decisão política e de ter objetivos e instrumentos claros.

O governo tem que se mover com a cautela de quem desarma uma bomba, mas ao mesmo tempo é fundamental que saiba como pretende fazê-lo e que passos têm que dar para logrã-lo, também no campo macroeconômico. Não se trata apenas de esperar para ver se esta política macro funciona ou não do ponto de vista de um crescimento alto e sustentado, empregador e equalizante. Isto já se sabe depois de oito anos de experimentação, e certamente o novo governo não ficará em atitude passiva esperando sempre pelo sucesso do próximo ano. Creio que o que está em discussão é como que se pode e deve alterar a rota sem causar uma reação explosiva e imediata. Mas, ao mesmo tempo, acho que o governo não pode nunca deixar de pensar estrategicamente, e pensar estrategicamente significa calcular objetivos, passos e reações, além

de analisar os vários cenários alternativos, que inclusive podem ocorrer de uma hora para outra, independente da vontade do governo.

Há que deixar de lado esta visão caricata, da existência dos planos A e B, em geral associados a economistas com nomes diferentes e cabeças quase sempre iguais. Grandes mudanças em geral ocorrem como resposta a grandes crises, pelo menos nos países periféricos. Por exemplo, se tivermos uma guerra no Iraque prolongada nos próximos meses, somada à continuação da crise na Venezuela, é quase seguro que o preço do petróleo chegue a 60 dólares o barril e que o Brasil enfrente uma ressaca financeira. Não há como fugir disto no mundo financeiramente globalizado. Não há como se fingir de morto. E se isto ocorrer, o que fará o governo e em que momento o fará? Depois que a crise já estiver avançada? Esperará para saber a duração da guerra ou se antecipará a seus efeitos? Que decisões tomar? Em que áreas?

Enfim, estas são todas questões centrais e de natureza estratégica. São questões fundamentais e que têm que ser pensadas permanentemente. Mas para isto é indispensável que se reconstrua a capacidade de análise e ação estratégica do Estado, recapacitando-o para prever e agir, antecipando-se às crises, o oposto exatamente do que foi o governo FHC. E este é, sem dúvida alguma, um dos maiores desafios políticos e intelectuais desta experimentação pioneira que se propõe a ser o governo Lula.

José Luís Fiori é cientista político e professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

financeiros. De quem recebeu uma herança financeira e cambial que é uma verdadeira bomba de tempo, num contexto institucional de abertura e desregulação que deixa o governo numa posição de extrema fragilidade. Neste sentido não há dúvida que é uma vitória inicial e absolutamente esperada dos tais dos "mercados".

Qual a diferença com o governo anterior? Do meu ponto de vista, a primeira e fundamental diferença está no fato de que esta política macroeconômica era, para Cardoso-Malan, a própria essência do seu projeto de sociedade e economia para o Brasil: este era o caminho e a meta ao mesmo tempo, porque crescimento econômico seria uma consequência automática desta

OS CONTRABANDOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA



ALTAMIRO BORGES

O onipresente e onipotente “deus-mercado”, nome fictício do capital financeiro, está excitado! Segundo o noticiário da imprensa, o governo Lula pretende antecipar para o final de abril o envio da sua proposta de reforma da Previdência para votação no Congresso Nacional. Tãmanha pressa tem gerado expectativas e angústias entre

aposentados, servidores públicos e seus órgãos de classe. A forma imprevidente no trato do tema, com o uso de gritantes manipulações e o anúncio de propostas requentadas, justifica o clima de descrédito nestes setores, que montaram uma das principais bases de apoio para a vitória eleitoral de Lula

A reforma “criará um ambiente favorável e maior segurança para investimentos internos quanto internacionais”, afirma resolução do PT

Para o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, que se projetou politicamente como presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, a urgência do governo na aprovação desta reforma decorre da grave crise que vulnerabiliza o país. No mesmo rumo, o Partido dos Trabalhadores aprovou na reunião da sua direção nacional, em 15 de março, resolução que justifica o ritmo sumário. “A reforma da Previdência apontará para uma perspectiva de estabilização fiscal de longo prazo. Criará um ambiente favorável e maior segurança para investimentos tantos internos quanto internacionais”, revela o documento oficial.

Quanto à urgência da retomada do crescimento econômico, com fator chave para a geração de emprego e renda, não há controvérsias. Afinal, este foi o principal mote da campanha eleitoral de Lula, responsável pela formação da ampla frente oposta às políticas recessivas do neoliberalismo. O que causa calafrios é porque esta reforma, tão questionada no triste reinado de FHC, aparece agora como estandarte do novo governo. Pior ainda são os dois argumentos centrais esgrimidos pelo ministro de plantão para justificar a rápida reforma: o déficit da Previdência Social e a existência de distorções entre os servidores públicos.

CAUSAS DO ROMBO

No que se refere ao déficit, os mais apocalípticos estimam que ele atingirá R\$ 76,4 bilhões neste ano – um número assustador,



Ricardo Berzoini, ministro da Previdência

mas sujeito, como qualquer estatística, às manipulações que camuflam a essência do problema. De cara, uma arapuca bem conhecida: o que se acusa de rombo previdenciário, na verdade diz respeito à Seguridade Social. Um dos maiores avanços conquistados na Constituição de 1988 foi a idéia da criação de um sistema integrado de seguridade, que englobaria a saúde pública (amparo aos doentes), a assistência social (amparo aos portadores de deficiência e às pessoas em situação de risco) e a Previdência Social estrito senso (proteção aos que ultrapassam o período de vida de trabalho).

Como explica César Benjamin, “os dois primeiros correspondem a direitos líquidos de cidadania e, como tal, não contam com receitas próprias, devendo ser financiados com impostos pagos pela sociedade como um todo (as contribuições sociais). Portanto, não se aplica nesses casos o conceito de *deficit* (ninguém diz, por exemplo, que uma escola pública, que oferece ensino gratuito, é ‘deficitária’; tampouco

se pode dizer isso de um hospital público, ou da assistência a uma pessoa pobre, portadora de deficiência grave). Incluir as despesas da Seguridade como um todo no chamado ‘déficit da Previdência’ é um artifício lamentável, que só serve para assustar a opinião pública e dramatizar o problema”.

Além de excluir do rombo estes direitos da cidadania, também seria justo deixar de fora as aposentadorias pagas aos trabalhadores rurais – outra conquista da Constituição de 88, regulamentada recentemente. No ano passado, o INSS destinou a estes sofridos brasileiros, que sempre foram marginalizados, a quantia de R\$ 14,5 bilhões – a soma de um mísero salário mínimo para cada família rural. Por último, mas não por fim, seria lícito registrar que milhares de empresas não pagam sua cota previdenciária e, o que é pior, não depositam nem a parte descontada dos trabalhadores; que o próprio Estado é o maior devedor do sistema; que uma parcela dos recursos é desviada, através da manobra da desvinculação das receitas, para outros gastos – em especial, para

**Segundo a CUT,
mais de 80% dos
servidores públicos
aposentados ganham
benefícios de até
R\$ 2 mil mensais,
o que rechaça
várias mentiras**

o pagamento religioso dos juros do sistema financeiro. E assim por diante...

Mas o perigo da manipulação não está só no cálculo atuarial. Para ir à essência do problema é necessário também discutir, sem criar bodes expiatórios (tipo os "marajás" de Collor e os "vagabundos" de FHC), quais as verdadeiras causas do atual crise – que é real e nem mesmo os sindicalistas negam. Até meados dos anos 90, a Previdência era superavitária. Em 1994, ainda tinha R\$ 2 bilhões em caixa. Mas devido ao triste reinado de FHC, com a explosão do desemprego, o cruel processo de precarização do trabalho e o aumento da informalidade, os recursos começaram a minguar, com a natural queda das contribuições. Se na década de 70 houve aumento de 7,9% no número de contribuintes, nos anos 90 ele foi de apenas 0,8%.

SERVIDORES NA MIRA

Quanto às distorções na Previdência dos servidores públicos, é preciso cuidado para não misturar o joio com o trigo! As chamadas forças do mercado não vacilam em culpar os servidores pela crise brasileira. Assanhadas, exigem a guilhotina em direitos históricos. A Editora Abril, que serviu de quartel-general da campanha tucana, não esconde a sua postura hidrófoba. Segundo a *Veja*, da tradicional família Civita, "o rombo da previdência governamental é a causa principal do desequilíbrio das contas públicas". Daí a sua proposta de reduzir drasticamente as aposentadorias dos servidores e de cobrar os inativos.

Só que este tema, bastante complexo, não permite qualquer *imprevidência* de um governo que

tem forte base de apoio entre o funcionalismo. Descontentes com o desmonte do setor público e com a degradação das condições de trabalho, expresso em oito anos de salários congelados, os servidores votaram em peso na candidatura Lula. Agora não aceitam que seus direitos sejam tratados como privilégios. Sabem que o seu regime de contribuição previdenciária é bem diferente do setor privado; que eles depositam 11% dos seus vencimentos, enquanto os contribuintes do INSS pagam até 8% sobre o teto de R\$ 1.561,00. Sabem também que mais de 80% dos servidores aposentados recebem benefícios inferiores a R\$ 2 mil mensais.

Qualquer proposta de reforma previdenciária no setor deveria partir desta realidade concreta, evitando as calúnias das elites. Mesmo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social, vinculada à CUT, está disposta a discutir as distorções existentes, mas não aceita que a maioria dos servidores seja culpada pela crise. "O maior risco do novo governo é trazer para a reforma a mesma visão financeira do governo FHC. A reforma não é só um problema financeiro, é uma questão social", afirma Wladimir Nepomuceno, dirigente da CNTSS.

SEGUNDO ROUND

Se as justificativas apresentadas para a reforma são inconsistentes e impregnadas de manipulação, mais preocupantes são as medidas sinalizadas até agora para resolver

PROPOSTAS DO SINDICALISMO

Em seminário nacional realizado em meados de março, a Corrente Sindical Classista (CSC), que atua no interior da CUT, discutiu uma série de propostas para o enfrentamento do atual "déficit" da Previdência. Entre outras medidas, que caminham no rumo da mudança expresso na vitória de Lula, encontram-se:

- Combate à informalidade e à precarização do trabalho; atualmente 54,3% da PEA não possui proteção social e está excluído de qualquer regime previdenciário;
- Combate à renúncia fiscal; só no ano passado, empresas e entidades filantrópicas, muitas delas fajutas, ficaram isentas de depositar R\$ 9,5 bilhões aos cofres da Previdência;
- Combate à sonegação; empresas fraudam a Previdência em R\$ 10 bilhões ao ano; o acúmulo da dívida não cobrada atinge cerca de R\$ 75 bilhões;
- Uso das contribuições sociais para o seu devido fim; R\$ 11 bilhões/ano da Cofins, R\$ 3,3 bilhões/ano da CPMF e R\$ 2 bilhões/ano da CSLL são desviados pelo governo para o pagamento das dívidas;
- Medidas para evitar desvios na concessão de pensões; ampliação do tempo de serviço público para concessão de aposentadoria integral; combate às aposentadorias milionárias; punição às administrações públicas inadimplentes com o regime próprio dos servidores.



Jesus Carlos

“Incluir as despesas da Seguridade no chamado ‘déficit da Previdência’ é um artifício lamentável que só serve para assustar a opinião pública”

o problema. É bem verdade que o governo Lula ainda não formulou um projeto definitivo e que tem feito certo esforço de diálogo com a sociedade. Bem diferente da postura autoritária, monocórdia, do finado governo FHC. Mas, mesmo assim, os vários balões de ensaio já lançados reforçam, no geral, a sensação de que mudou a forma, mais democrática, mas se manteve o velho conteúdo, ainda contaminado pelo veneno neoliberal.

Entre as propostas listadas pelo ministro Ricardo Berzoini, destacam-se três: criação do regime único para os trabalhadores da iniciativa privada e do setor público; estímulo aos fundos privados de previdência complementar; e cobrança da contribuição dos servidores inativos. Cada uma das propostas é polêmica, gera movimentos de pressão e contrapressão e muitas idas e vindas. Todas têm como alvo os servidores públicos, novamente eleitos pela mídia dominante como os vilões da grave crise brasileira.

Para os trabalhadores do setor privado, o governo FHC já havia imposto alguns dos “ajustes” receitados pelo FMI e Banco Mundial. Coube ao banqueiro André Lara Resende, acionado pelo amigo presidente no início de seu reinado, a tarefa suja de propor as medidas contra os assalariados da iniciativa privada. Conforme confessou na época, o modelo seguido foi o da previdência chilena, reformada ainda no período da ditadura do general Augusto Pinochet, pioneiro nas experiências neoliberais nos anos 70.

Aos poucos, FHC aprovou

vários mecanismos que penalizaram os contribuintes do INSS. É deste período o golpe do fator previdenciário, o aumento do tempo de serviço, a fixação do teto rebaixado de benefícios (de R\$ 1.561) e o estímulo aos fundos de pensão. Desta forma, os explorados do setor privado foram sacrificados no sagrado altar do mercado com o aumento das contribuições e a redução dos benefícios. As investidas contra o setor público, entretanto, não evoluíram muito devido à forte reação do organizado sindicalismo do setor, à rejeição dos partidos de oposição e aos recorrentes vetos do Poder Judiciário.

REVANCHE DO MERCADO

Agora, porém, as sinistras forças do mercado partem para revanche. Fragorosamente derrotadas nas urnas, tentam enquadrar o novo governo. Acuado, este retoma as propostas da reforma no setor público. Chega até a desafiar o sindicalismo, insinuando que colocará em votação o PL-9. Monstro criado por FHC, este

projeto limita o valor da aposentadoria dos servidores, impondo o teto-miséria do INSS, e ainda cria a previdência complementar. Triste ironia! Rejeitado pelos partidos da oposição, o PL-9 volta à tona.

O sindicalismo do setor público já anunciou que não aceita este projeto e inclusive discute a deflagração de greves. Já a CUT, segundo João Felício, “não vai ficar parada se o PL não for discutido”. Esta postura aguerrida nada tem a ver com a miopia “corporativista” criticada pelo presidente Lula, que bem conhece o papel dos sindicatos. Pelo contrário. As forças conseqüentes do sindicalismo estão cientes dos problemas herdados pelo novo governo e estão dispostas a contribuir para o êxito do seu projeto mudancista.

Elas, entretanto, não aceitam pagar o “pacto”, rejeitam o PL-9 e questionam as idéias básicas da reforma. No caso da CUT, ela até concorda com a idéia do regime único para o setor privado e público. A questão é: porque “nivelar por baixo” e não elevar o padrão previdenciário dos brasileiros? O certo seria anular as medidas regressivas de FHC, assegurando ao trabalhador do setor privado os mesmos direitos do servidor público, que se aposenta com o salário da ativa. O caminho sinalizado, porém, vai no sentido inverso.

COMIDA REQUENTADA

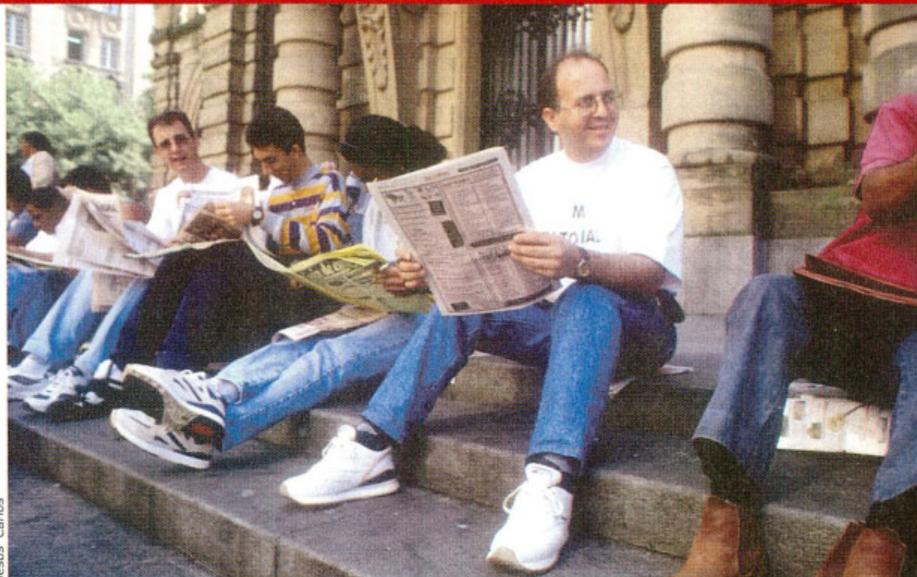
O ministro Berzoini insiste que o regime único tenha o mesmo teto do INSS – os míseros R\$ 1.561,56. O servidor teria,

Era FHC: explosão do desemprego, precarização do trabalho e aumento da informalidade explicam a queda das contribuições da Previdência

assim, drástica redução da sua aposentadoria. Na prática, seria forçado a contribuir para os fundos de pensão se quisesse ter uma velhice mais segura. Ciente da existência de distorções no setor, no qual uma minoria de mil servidores, entre os 1 milhão de aposentados, recebe mais de R\$ 20 mil mensais, a CUT propõe que o teto seja de até 20 salários mínimos. Segundo estudos, este valor contemplaria mais de 80% dos servidores, que não seriam penalizados e nem precisariam engordar o caixa dos financistas.

Quanto à contribuição dos inativos, ela surge mais como o “bode na sala”. O próprio governo sabe da sua inviabilidade jurídica. Esta idéia foi obsessivamente perseguida por FHC, mas sempre esbarrou nos vetos do Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou ilegal e arbitrário o rompimento dos contratos firmados com os servidores públicos que já contribuíram por longos anos e seriam forçados a pagar novamente.

Por último, quanto ao estímulo à previdência complementar, a proposta é das mais perigosas. Ainda no passado recente, vários fundos privados, como os Montepios da vida, faliram e deixaram os contribuintes no total desespero. Já na “era FHC”, vários fundos públicos existentes viraram sócios no processo de privatização das estatais, ajudando, de forma indireta, na demissão de milhares de brasileiros e no próprio fomento da especulação. A privatização da previdência é hoje o principal alvo da gula do capital rentista mundial. No mundo globalizado, estes fundos de pensão rendem fortunas no cassino especulativo e em investimentos dos mais



Jesus Carlos

hediondos; hoje são os principais aplicadores na indústria de armas dos EUA.

GOVERNO EM DISPUTA

Como se observa, as propostas apresentadas até agora pelo governo são negativas e têm um forte sabor de comida requentada. De imediato, elas inclusive estimulariam os pedidos de antecipação de aposentadorias e elevariam o próprio déficit da Previdência. Beneficiariam o tal mercado, mas causariam mais problemas aos cofres públicos. Segundo estudo de Kaizô Beltrão, do IBGE, a arrecadação da União teria uma perda média anual de R\$ 1,7 bilhão em função da reforma. Além de transferir a parte lucrativa para os fundos privados, o governo teria que sustentar as aposentadorias existentes com uma arrecadação bem inferior.

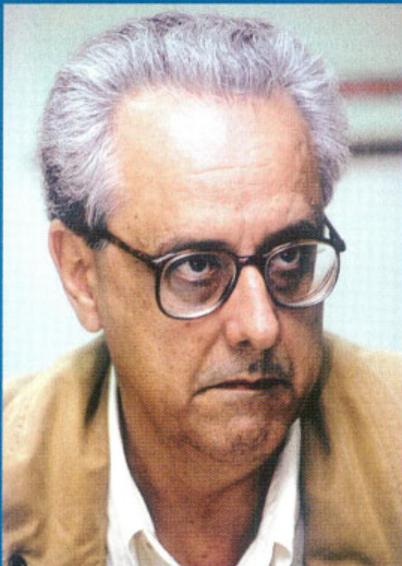
Por estas e outras razões, o tema dará muito pano para manga. De certa forma, ele condensa os dilemas do governo Lula, alvo de intensa disputa. Para Renato Rabelo, dirigente do PCdoB, o governo será marcado pelo embate entre mudança e

continuidade. “Corre-se na atualidade dois tipos de riscos: de inclinação ou envolvimento do governo pelos interesses da política econômica dominante e, de outro modo, o perigo do voluntarismo principista, desligado da realidade. Pelo que representa ainda o peso da camisa-de-força do sistema econômico em que estamos metidos, o primeiro risco é maior e mais premente”, argumenta.

O importante é que o novo governo, que tantas esperanças despertou – inclusive nos servidores da ativa e nos aposentados e pensionistas – não sucumba às pressões. Apesar das dificuldades herdadas, é urgente que ele sinalize para as mudanças, razão da vitória eleitoral. Como explica o professor José Luis Fiori, “o fundamental é a vontade política de mudar e a capacidade de manter esta decisão permanentemente, a despeito de toda e qualquer flutuação tática. O governo tem que se mover com a cautela de quem desarma uma bomba, mas ao mesmo tempo é fundamental que esteja decidido a desarmá-la”.

Altamiro Borges é jornalista, editor da *Debate Sindical*.
Correio eletrônico: aaborges1@uol.com.br

JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO



Sob pena de ficar velho antes do tempo, governo não pode frustrar as promessas

Relação de trabalho e ação do governo

Depois de muitos anos como conceito astrológico, conjuntura passou ao domínio da economia e depois ao da política, já no século XX. Um velho dicionário soviético diz que conjuntura é a “situação que se criou em consequência de uma coincidência de circunstâncias, num setor de atividade, num dado momento”.

Que modificações ocorreram nas relações do trabalho na atual conjuntura brasileira? A resposta a esta pergunta ajuda a orientar as iniciativas do sindicalismo, dos partidos e de todos aqueles que, frente à vitória de Lula e a composição do novo governo, pretendem ajudar na implantação do programa vitorioso nas urnas, no avanço da democracia e no desenvolvimento do Brasil com justiça social e soberania.

RELAÇÕES COM O GOVERNO

As relações do trabalho surgem, em síntese, em quatro planos: 1) as relações dos trabalhadores com a natureza e a técnica; 2) dos trabalhadores entre si e com a sociedade; 3) dos trabalhadores com os patrões; e 4) dos trabalhadores com o governo. Vistas as coisas assim, apenas as relações dos trabalhadores com o governo sofreram profundas mudanças na conjuntura; nenhuma das outras três apresentou mudanças conjunturais, embora todas elas

venham sofrendo mutações estruturais.

Os anos de neoliberalismo produziram o duplo efeito contraditório de mais oposição e menos organização do movimento sindical. Cabe, portanto, ao novo governo desempenhar o papel principal na reorganização dos trabalhadores e dos seus movimentos. Sob pena de ficar velho antes do tempo, ele não pode se furtar de atender expectativas, consolidar o apoio e desfazer perplexidades. Para tanto deve agir orientando-se em quatro direções que exigem ritmos diferentes, apoiando-se na mobilização e a facilitando.

QUATRO DIREÇÕES

Deve desencadear medidas que possam ser efetivadas de imediato e com efeitos

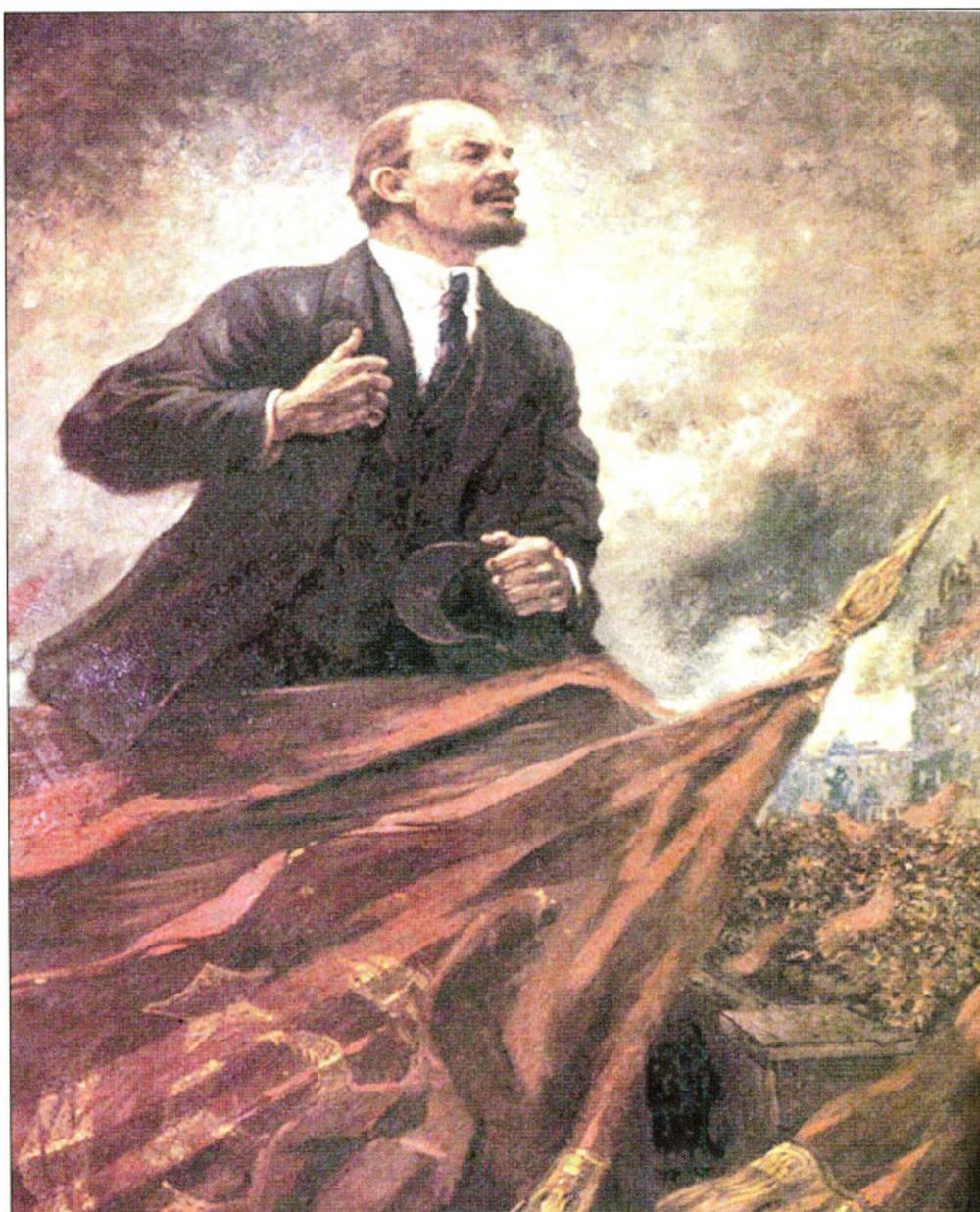
instantâneos. No âmbito do Executivo deve, por exemplo, revalidar a Convenção 158 da OIT (sobre dispensa imotivada) e re-aparelhar a estrutura das delegacias do trabalho no combate à informalidade, às fraudes e à violação dos direitos. No Legislativo, deve sepultar de vez, no Senado, o malfadado projeto de precarização da CLT. No Judiciário, deve comprometer-se a não utilizar o efeito suspensivo outorgado ao presidente do TST.

O governo deve também implementar aquelas promessas de campanha que configuram projetos de relevância para os trabalhadores. Cito, como exemplos, o 1º emprego para jovens e a ampliação das multas do FGTS nos setores de alta rotatividade.

Em terceiro lugar, o governo deve encaminhar as reformas estruturais prioritárias, respeitando direitos, desonerando a produção, ampliando benefícios e reforçando a ação do Estado. No encaminhamento destas deve agir de tal forma que cheguemos às reformas trabalhista e sindical numa conjuntura econômica mais favorável à sociedade e aos trabalhadores.

Por último, o governo deve estabelecer em bases seguras as modalidades de seu relacionamento com o mundo do trabalho efetivando o Fórum do Trabalho, fortalecendo o Conselho de Desenvolvimento e garantindo a autonomia do sindicalismo que poderá ser efetivada no Fórum Nacional dos Trabalhadores.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical de diversas entidades de trabalhadores em São Paulo



Lênin, os sindicatos e o socialismo

As contribuições de Lênin na construção de uma teoria da transição, especialmente sobre o papel dos sindicatos neste processo, devem ser estudadas na atualidade

AUGUSTO BUONICORE

Para Lênin, os sindicatos não devem se confundir com uma organização estatal; “são

Uma das mais agudas polêmicas no interior do Partido Bolchevique após a revolução russa se deu em torno do entendimento sobre o papel dos sindicatos e do partido no processo de construção do socialismo. Lênin considerava que os sindicatos deveriam ser “organizações amplas” que congregassem o conjunto dos trabalhadores. Os sindicatos não deveriam ser incorporados ao Estado ou ao Partido Comunista e precisavam ter autonomia se quisessem cumprir suas funções.

Trotsky foi o principal defensor da fusão dos sindicatos ao Estado e, inclusive, a sua militarização. Ele aplicou seus métodos quando ficou responsável pela reorganização dos serviços de transporte. Assumindo o controle do Comitê Central de Transporte, decretou imediatamente “estado de emergência” nas ferrovias, destituiu os dirigentes eleitos dos sindicatos e colocou todos os operários sob lei marcial.

Em 16 de dezembro de 1919, Trotsky apresentou no Comitê Central a sua tese “Sobre a transição entre a guerra e a paz”, na qual reafirmou a necessidade de militarização dos sindicatos. Ele defendeu novamente suas posições no IX congresso do PCRb. Na ocasião, ele afirmou: “As massas trabalhadoras não podem vagar através da Rússia. Devem ser enviadas para aqui e para ali, nomeadas, comandadas exatamente como soldados... O trabalho obrigatório deve atingir a sua maior intensidade durante a transição do capitalismo para o socialismo... É preciso formar patrulhas punitivas e pôr em

campos de concentração os que desertam do trabalho”. E concluiu: “O Estado Operário possui normalmente o direito de forçar qualquer cidadão a fazer qualquer trabalho em qualquer local que o Estado escolha”.

Trotsky defendeu a completa fusão dos sindicatos ao Estado e, inclusive, a sua militarização

ESCOLAS DO COMUNISMO

Contra as posições autoritárias, Lênin escreveu os artigos “Sobre os Sindicatos, o momento atual e os erros de Trotsky” e “Mais uma vez sobre os sindicatos, o momento atual e os erros dos camaradas Trotsky e Bukharin”. Afirmou: “Os sindicatos são uma organização da classe dirigente, dominante e governante. Mas não são uma organização estatal, não são uma organização coercitiva, são uma organização educadora, uma organização que atrai e instrui, são uma escola, escola de governo, escola de administração, escola de comunismo”. Portanto, não poderiam ser transformados em quartel ou prisão.

Lênin negou a tese trotskista de que a defesa dos interesses materiais e espirituais da classe operária não deveria ser de incumbência dos sindicatos num Estado operário. Para ele isto era um grave erro. Afirmou Lênin: “O camarada Trotsky fala de

‘Estado operário’. Permitam-me dizer que isto é pura abstração... comete-se um erro evidente quando se diz: Para que e ante quem defender a classe operária, se não há burguesia e o Estado é operário? Não se trata de um Estado completamente operário, aí está o xis do problema... Nosso Estado é operário com uma deformação burocrática... Pois bem, será que diante desse tipo de Estado... nada tem os sindicatos a defender? Pode-se dispensá-lo na defesa dos interesses materiais e espirituais do proletariado organizado em sua totalidade? Essa seria uma opinião completamente errada do ponto de vista teórico... Nosso Estado de hoje é tal que o proletariado organizado em sua totalidade deve defender-se, e nós devemos utilizar estas organizações operárias para defender os operários em face de seu Estado e para que os operários defendam nosso Estado”.

Oposição Operária negava o papel de direção do partido na relação com as organizações dos trabalhadores

Lênin criticou também a pretensão de Trotsky em transformar o modelo de organização das ferrovias durante a guerra civil num modelo de organização dos sindicatos durante todo o período de construção do socialismo. Também viu com reservas a

uma organização educadora, uma organização que atrai e instrui, são uma escola”

proposta trotskista de se utilizar, como método, a indicação de dirigentes sindicais pelos órgãos superiores do Partido e do Estado soviético. Concluiu: “A organização dos sindicatos a partir de cima seria absolutamente ineficaz. Os métodos de uma democracia operária, severamente restringidos nos três anos da mais selvagem guerra civil, devem ser restabelecidos, em primeira instância e na mais ampla escala possível, no movimento sindical. É necessário que os órgãos dirigentes dos sindicatos sejam, na realidade dos fatos, constituídos por eleições e sobre uma ampla base”.

DESVIO ANARQUISTA

Do lado oposto às posições autoritárias de Trotsky surgiu, no interior do Partido Bolchevique, uma outra corrente denominada de Oposição Operária. Esta, por sua vez, negando o burocratismo e o autoritarismo, se aproximou das teses anarquistas. Ela defendeu que toda administração econômica da República Soviética fosse entregue aos sindicatos. Defendeu que “todas as nomeações para os postos administrativos da economia deveriam ser feitas com o consentimento dos sindicatos... Todos os responsáveis deveriam ser nomeados pelos sindicatos e seriam apenas responsáveis perante eles e só pelos sindicatos poderiam ser destituídos”.

O grupo propôs a expulsão do Partido de todos os militantes não operários que ingressaram após 1919. A condição para sua volta à organização bolchevique seria a

obrigação de se integrar à produção. Propôs ainda a eliminação de todos os elementos não operários dos postos administrativos do Estado e do Partido. Contra a Oposição Operária, Lênin apresentou no X Congresso do PCRB o informe “Primeiro projeto de resolução sobre o desvio sindicalista e anarquista em nosso partido”.

Lênin condenou o desvio sindicalista que pretendia pôr os sindicatos acima dos soviets e do Partido Comunista. Afirmou: “O marxismo ensina-nos... que só o partido político da classe operária... está em condição de

“Nosso Estado é operário com uma deformação burocrática... Pois bem, será que diante desse tipo de Estado nada tem os sindicatos a defender?”



agrupar, educar e organizar a vanguarda do proletariado e de toda massa trabalhadora, o único capaz de resistir às inevitáveis vacilações pequeno-burguesas desta massa, às inevitáveis tradições e recaídas na estreita visão gremial ou nos preconceitos gremiais entre o proletariado, e dirigir todo o conjunto das atividades de todo o proletariado... dirigi-lo politicamente e, através dele, dirigir todas as massas trabalhadoras". A posição da Oposição Operária, segundo Lênin, eliminava o papel dirigente que o Partido deveria ter em relação às demais organizações dos trabalhadores, inclusive os sindicatos.

Em 1922, em pleno processo de implantação da Nova Política Econômica, Lênin escreveu o texto "Sobre o papel e as tarefas dos sindicatos nas condições da nova política econômica", no qual reforçou ainda mais a importância do sindicato como defensor dos interesses econômicos e espirituais do proletariado. Para ele, durante o período de transição, ainda existiriam classes sociais com interesses conflitantes e, por isso mesmo, a luta era inevitável. Enquanto as bases econômicas do socialismo não fossem constituídas, com a eliminação completa da propriedade privada dos meios de produção e a revolucionarização das relações de produção, a luta econômica de classes persistiria e os sindicatos seriam instrumentos desta luta. Lênin inclusive defendeu a possibilidade de eclosão de movimentos grevistas.

A diferença entre a luta de classes do proletariado sob o socialismo e sob o capitalismo seria que o objetivo final desta luta sob o capitalismo era a derrubada do poder de Estado da burguesia e sob o socialismo o

As teses da fusão sindicato/Estado desarmaram os trabalhadores e enfraqueceram o próprio socialismo

objetivo final deveria ser "fortalecer o Estado proletário e o poder do Estado proletário de classe, mediante a luta contra as deformações burocráticas neste Estado e... contra o apetite de classe dos capitalistas". Continuou Lênin: "A tarefa dos sindicatos consiste em contribuir para a solução mais rápida e menos penosa dos conflitos, com o máximo de vantagens para os grupos de operários que estes sindicatos representam, na medida em que as referidas vantagens podem ser aproveitadas sem prejuízo de outros grupos e sem dano para o desenvolvimento do Estado operário e sua economia".

CARÁTER CONTRADITÓRIO

Lênin negou a tese da Oposição Operária que defendia o controle das empresas pelos sindicatos. Mas, afirmou ele, "seria completamente errôneo interpretar esta verdade indiscutível no sentido de que se negue aos sindicatos o direito de participar na organização socialista da indústria e na direção da indústria do Estado". Para Lênin, os sindicatos deveriam participar de todos os organismos do Estado, especialmente nos de planificação e de elaboração dos planos econômicos. Ou seja, o que Lênin criticava era a interferência direta dos sindicatos

nas funções de controle da produção das empresas particulares e arrendadas, pois estes deveriam intervir e na regularização da produção através de "sua participação nos organismos estatais econômicos da República Soviética".

Por fim, Lênin constatou o caráter contraditório dos sindicatos sob a ditadura do proletariado. "De um lado, seu principal método de ação é a persuasão; de outro, como participam no poder estatal, não podem negar-se a participar na coação. De um lado, sua principal tarefa é a defesa dos interesses das massas trabalhadoras..., mas ao mesmo tempo renunciar a pressão sendo participante do poder estatal e construtores da economia nacional em seu conjunto... De um lado devem adaptar-se às massas, ao nível em que elas se encontram; e de outro, de nenhum modo, devem alimentar os preconceitos e o atraso das massas, mas elevá-las constantemente a um nível cada vez mais alto, etc., etc."

As contribuições de Lênin na construção de uma teoria da transição, especialmente sobre o papel dos sindicatos neste processo, devem ser melhor estudadas. A incompreensão do papel dessas organizações conduziu a construção de um modelo de sindicato oposto ao pretendido por Lênin. Predominaram as teses de fusão sindicato/Estado, de militarização do trabalho, de proibição de greves e de que os sindicatos nada teriam a defender diante do Estado Socialista. Estas teses, como já alertara Lênin, desarmaram os operários e enfraqueceram o próprio Estado operário.

Augusto César Buonicore é historiador, doutorando em ciências sociais pela Unicamp/SP e membro do conselho de redação das revistas *Debate Sindical* e *Princípios*

Os impactos da Alca na agricultura

Projeto dos EUA causará a falência de milhões de lavradores, aumentará a dependência agrícola e colocará em risco a segurança alimentar do continente

ALTAMIRO BORGES E JOÃO PEDRO STEDILE

Dos nove grupos de negociação que se reúnem periodicamente para agilizar a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), um trata especificamente da questão da agricultura. Segundo o anódino texto de apresentação deste grupo, sua missão principal é reduzir e, com o tempo, igualar todas as taxas alfandegárias dos 34 países que integrarão este bloco econômico. As regras a serem seguidas seriam as do Acordo Agrícola (AA) negociadas na Organização Mundial do Comércio (OMC). O objetivo seria o de liberalizar totalmente a circulação de produtos num continente que conta com 808 milhões de habitantes.

Na opinião da ativista canadense Maude Barlow, que acompanha atentamente as rodadas de negociação da Alca, este grupo visa mesmo é limitar ao máximo o já precário apoio dos governos locais aos pequenos e médios proprietários agrícolas e aos trabalhadores rurais. Com isso, ele pretende fortalecer ainda mais o poder do *agro-business* norte-americano e da agroindústria exportadora dos países dependentes da região. Para ela, a Alca causará a falência de milhões de lavradores latino-americanos, o aumento da dependência dos produtos agrícolas dos EUA e colocará em grave perigo a própria segurança alimentar dos povos do



Jesus Carlos

Além da falência de camponeses e do desemprego rural, haverá o aumento da grave crise de abastecimento no país

continente, reduzindo os estoques de emergência e eliminando outras medidas de proteção à agricultura.

Mas não é só o Grupo de Negociação da Agricultura que ameaça os que vivem do trabalho na terra. Uma outra comissão, a que trata dos “direitos de propriedade intelectual”, também apresenta vários riscos para o futuro. Entre outras medidas, ela pretende patentear todos os seres

A Alca limitará ainda mais o já reduzido apoio dos governos locais aos pequenos

vivos – inclusive as plantas utilizadas pelas comunidades locais. Com isso, esse grupo visa auferir lucros com a industrialização destas culturas. Na verdade, todos os nove grupos de negociação da Alca, que conspiram de maneira frenética e sigilosa, acabarão afetando, direta ou indiretamente, os produtores rurais e a agricultura dos países da região.

FALÊNCIA E DESEMPREGO

Um livrete editado pela Via Campesina Brasil, que congrega ativos movimentos rurais como o MST e a Comissão Pastoral da Terra, apresenta de forma bastante didática as principais “conseqüências da Alca para a agricultura brasileira”. Conforme explica, o país é um importante exportador de produtos agrícolas, como café em grão, soja, suco de laranja em tonéis, fumo em folha, açúcar bruto, entre outros. Todos são produzidos pela agroindústria nacional, que reúne os poderosos fazendeiros locais. Com a Alca, esta elite agrária espera contar com maior apoio do Estado para as exportações. Desta forma, os recursos públicos seriam ainda mais generosos para este setor abastado, que pouco produz para o povo brasileiro.

No geral, a produção para o consumo doméstico, indispensável à alimentação dos brasileiros, depende basicamente de pequenos e médios proprietários rurais. Estes já contam com poucos recursos do Estado. Não possuem preços mínimos para produzir e nem subsídios para estocagem,

transporte, etc. Geralmente, vivem endividados e na penúria. Com a vigência da Alca, este cenário calamitoso tenderia a se agravar. O já precário apoio ao pequeno e médio produtor rural seria reduzido, já que o grosso dos recursos públicos seria transferido ainda mais para os setores exportadores. Além da falência de milhões de lavradores e do desemprego dos trabalhadores rurais, a tendência seria a de aumentar a crise de abastecimento no país.

Apenas dez grandes corporações, a maioria dos EUA, controlam o setor da biotecnologia em todo planeta

Outra conseqüência natural será a do aumento da concentração de terras no país. Principalmente a partir do governo FHC, investe-se na implantação do modelo norte-americano das agroindústrias. Cada vez mais, elas são responsáveis pela industrialização e padronização dos produtos, por seu armazenamento e transporte a longas distâncias. O pequeno e médio agricultor passa a ser apenas o produtor das matérias primas, que são repassadas às agroindústrias antes de chegar à mesa do consumidor urbano. Este modelo gera inúmeras distorções. Entre outras, reforça a monopolização no campo; agrava a desnacionalização da agricultura

(na agroindústria dos temperos, por exemplo, apenas três multinacionais detêm o controle); restringe o acesso à terra do pequeno lavrador; e altera e encarece o padrão tecnológico de produção.

Como alerta o livrete, “todos esses problemas deverão ser agravados com a implantação da Alca, pois as grandes empresas norte-americanas que ainda não atuam no mercado brasileiro, com a redução dos impedimentos e das barreiras, vão se mudar para o Brasil. Por conseguinte, vai aumentar a concentração e desnacionalização das agroindústrias. E, mais grave ainda, elas vão transferir para o Brasil os setores que são muito poluentes, como os frigoríficos, a suinocultura, bem como a indústria do papel e celulose”. Um indício do que pode ocorrer no futuro é a recente instalação da multinacional estadunidense Carols, que implantou no país um processo industrial que vai da criação ao abate de suínos e conta com cerca de 30 mil criadeiras. Esse investimento milionário contou com financiamento público do BNDES.

Outro fator que deverá fortalecer a agroindústria e, conseqüentemente, a concentração de terras no país é o novo padrão tecnológico em expansão no mundo capitalista. O modelo anterior, da chamada “revolução verde”, baseado no uso de adubos, agrotóxicos e mecanização, dá sinais de esgotamento. Ele atingiu o seu topo e não consegue elevar muito mais produtividade agrícola. Por isto, está em curso a implantação de um novo padrão de produção,

e médios proprietários agrícolas e aos trabalhadores rurais

baseado na biotecnologia, na manipulação genética, como mecanismo para elevar a produtividade dos vegetais e animais e, desta forma, aumentar a lucratividade das agroindústrias.

Ocorre que este modelo, sob o controle do capital, também produz graves deformações no campo. Por um lado, ele reforça o monopólio do conhecimento. Apenas dez grandes corporações empresariais, a maioria dos EUA,

controlam o setor da biotecnologia no planeta. Por outro, a manipulação genética, a serviço do lucro, desenvolve experimentos perigosos para a humanidade. Os transgênicos – a combinação de genes de diferentes origens vegetais ou animais – ainda não têm comprovação segura sobre os seus efeitos no meio ambiente e no organismo humano. Mesmo assim, as multinacionais insistem em mercantilizá-los.

“Com o processo da Alca, as empresas estão exigindo liberdade total para a difusão e desenvolvimento das sementes transgênicas, mantendo-se em todos os países latino-americanos o direito de propriedade privada destes novos seres vivos”, denuncia o documento da Via

Campesina. Isto explica o empenho do governo dos EUA e das corporações norte-americanas, como a Monsanto, para ampliar a lei de patentes no continente. No Brasil, esta lei foi aprovada em 1997 e atualmente existem 2.094 pedidos de registro de patentes de seres vivos, a maioria solicitada por empresas estadunidenses. Estas multinacionais conseguiram do servil FHC o envio de um projeto de lei que libera totalmente o cultivo, o comércio e o consumo de sementes e produtos transgênicos. Há indícios de que o projeto foi redigido pela Monsanto!

Vingando a Alca, apenas a agroindústria nacional e estrangeira teria acesso às sementes patenteadas. Os pequenos e médios produtores

Com a redução das barreiras, empresas norte-americanas invadirão o mercado brasileiro, gerando a desnacionalização



Jesus Carlos

O grupo de “direitos de propriedade intelectual” quer patentear todos os seres

rurais não teriam como comprá-las, já que o seu custo seria acrescido de inacessíveis *royalties* das corporações. Isto agravaria sobremaneira um processo que já está em curso. Até 1997, por exemplo, a gigante norte-americana na biotecnologia, a Monsanto, quase não tinha participação do mercado brasileiro de sementes de milho. Em pouco tempo, após a entrada em vigor da lei de patentes, ela comprou várias firmas nacionais e hoje controla 60% do mercado. Ela e outras corporações já detêm o comércio de sementes híbridas do mamão, melancia, hortaliças, etc. Esta brutal monopolização, além de levar à falência os pequenos e médios produtores, é um atentado à soberania alimentar do Brasil.

BANQUETE NEOCOLONIALISTA

Mas o principal beneficiado da Alca, como reconhece o livrete, nem seria a agroindústria exportadora do Brasil. Esta ficaria apenas com as migalhas deste banquete neocolonialista. No essencial, este acordo visa fortalecer a economia dos EUA, favorecendo a circulação das suas mercadorias e serviços. Os produtos agrícolas norte-americanos, por exemplo, são altamente subsidiados, contam com poderosa infra-estrutura (transporte, armazenagem, etc) e larga vantagem tecnológica. Com o fim das barreiras alfandegárias, eles invadiriam os mercados dos países do continente, arruinando as agriculturas locais. O Brasil, com o seu elevado potencial produtivo, seria uma das ou a

principal vítima deste “livre comércio” na região.

Prova disto é que depois que a OMC aprovou acordos liberalizando o comércio agrícola, em apenas três anos – de 1994 a 1996 – os EUA aumentaram suas exportações em US\$ 12 bilhões. A disputa entre estas duas economias tornou-se mais desigual. O Brasil exporta por ano cerca de US\$ 15 bilhões em produtos agrícolas; já os Estados Unidos vendem algo em torno de US\$ 55 bilhões. No mesmo período em que a agricultura norte-americana expandiu suas exportações, devastando os mercados da periferia, a política servil do governo FHC foi responsável pelo aumento das importações e pela

No império do Nafta, cerca de 6 milhões de lavradores mexicanos perderam as suas terras e os seus empregos

desestruturação de vastos setores da nossa agricultura. Cerca de um milhão de estabelecimentos agropecuários faliu no país entre 1985 e 1996, fruto da “abertura comercial” de FHC. A Alca pretende consolidar este servilismo!

Ela também dificultaria ainda mais a presença brasileira no mercado mundial. Atualmente, em função dos preços, do volume e da qualidade, o Brasil exporta seus produtos agrícolas para vários

continentes – 60% destinados à Europa, 24% para os EUA e 16% para Ásia e Oriente Médio. O país sempre contou com um amplo potencial neste campo – território da dimensão continental, vastos recursos naturais, clima propício à agricultura e um trabalhador laborioso. A Alca pretende exatamente eliminar essa vantagem competitiva da economia nacional. Visa subjugar a nossa agricultura, inibindo a sua democratização e expansão. Ao igualar os preços agrícolas, ela beneficiará os produtos dos EUA nos mercados dos outros continentes.

Apesar de toda a propaganda em favor do tal “livre comércio”, que embala hoje a falaciosa Alca, o Brasil nada ganhou com as medidas liberalizantes aplicadas pelos governos neoliberais de plantão. Em 1975, por exemplo, os produtos agrícolas brasileiros representavam 7,27% do comércio mundial; já depois dos reinados de Collor e FHC o país despencou para apenas 3,61% no comércio mundial de produtos agrícolas. Embora o PIB agrícola brasileiro seja de aproximadamente US\$ 86 bilhões, incluindo o setor da agroindústria, as nossas exportações atualmente atingem a medíocre cifra de US\$ 15 bilhões ao ano.

Diante destes fatos incontestáveis, até mesmo setores da agroindústria nacional já duvidam dos benefícios da Alca. Durante algum tempo, nas pesquisas realizadas por institutos empresariais, este agrupamento era um dos poucos a afirmar que levaria vantagens com o “livre

vivos, inclusive as plantas usadas pelas comunidades locais

comércio”, ampliando suas exportações. Mas esta ilusão durou até o presidente George W. Bush aprovar, em maio de 2002, a nova Lei Agrícola dos EUA – a *Farm Bill*. Ela elevou ainda mais os subsídios à agricultura norte-americana, concedendo quase US\$ 180 bilhões para os próximos dez anos. Os efeitos desta medida protecionista são devastadores, com a queda dos preços mundiais das *commodities* agrícolas e o aumento da capacidade competitiva dos EUA.

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que reúne a nata da agroindústria tupiniquim, sentiu o baque de imediato. Uma pesquisa encomendada pela entidade, que ouviu 1.884 produtores, revelou que 97% dos entrevistados estavam temerosos dos efeitos negativos da medida. “A mudança da Lei Agrícola norte-americana trará expressivos impactos no mercado agrícola mundial, afetando a rentabilidade das exportações brasileiras”, garantiu o boletim oficial da CNA. O golpe foi tão violento que até o dócil governo FHC foi obrigado a chiar. “As negociações da Alca ficaram muito difíceis”, esperneou o ministro da Agricultura, Pratini de Moraes. Segundo cálculos deste ministério, antes mesmo da *Farm Bill*, o Brasil já deixara de exportar US\$ 1,2 bilhão em soja em função das medidas protecionistas dos EUA.

DEVASTAÇÃO NO MÉXICO

Para quem dúvida dos efeitos desastrosos da Alca e ainda tem ilusões com a falácia do “livre

A produção para o consumo doméstico, indispensável à alimentação dos povos, depende basicamente dos pequenos e médios proprietários rurais



comércio”, vale a pena conhecer um pouco a experiência do Nafta, o acordo que reúne EUA, Canadá e México e que vigora deste 1994. Para a agricultura mexicana, a mais frágil deste bloco econômico regional, os impactos foram altamente destrutivos e regressivos. As próprias estatísticas oficiais confirmam que houve aumento da concentração fundiária, falência de pequenos e médios produtores rurais, explosão do desemprego de trabalhadores rurais, violento êxodo para os centros urbanos e da migração para o exterior. Hoje a agricultura do país está totalmente submetida à ditadura do *agro-business* dos EUA.

Em 1982, o México importava US\$ 790 milhões em alimentos. Já em 1999, após cinco anos de vigência do Nafta, passou a importar US\$ 8 bilhões! De país exportador de vários produtos agrícolas, transformou-se num campo devastado. Hoje é

obrigado a importar dos EUA cerca de 50% de tudo o que consome. A “livre competição” com a agricultura norte-americana, que goza de altos subsídios e conta com uma base tecnológica mais avançada, foi fatal para o México. Ele era um forte produtor de arroz, mas hoje depende da importação deste produto dos EUA para alimentar a sua população. Também era exportador de batatas, só que elas foram bloqueadas no mercado estadunidense através de questionáveis barreiras fitossanitárias. O país também já foi um tradicional exportador de algodão, mas hoje depende do produto *made USA*.

Sob o império do Nafta, a superfície agrícola plantada foi drasticamente reduzida e, num curto prazo, cerca de 6 milhões de lavradores mexicanos perderam suas terras e seus empregos! Muitos hoje residem nas favelas da capital e dos demais conglomerados urbanos. Outros trabalham nas maquiladoras da fronteira, recebendo míseros salários nestes novos “campos de concentração”. Milhões também tentaram atravessar o Muro da Vergonha, que separa o 3º do 1º Mundo, para realizar trabalhos precários nos EUA. Destes, muitos já morreram na fronteira. E outros, como os indígenas e camponeses de Chiapas, resistem ao império norte-americano e demonstram ao mundo os malefícios do tal “livre comércio”.

Altamiro Borges é jornalista, editor da *Debate Sindical* e organizador do livro “Para entender e combater a Alca”; João Pedro Stedile é membro da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e dirigente da Via Campesina-Brasil

A principal diferença da “doutrina” de Bush em relação ao “Reich de mil anos” de Adolf Hitler é ter sido formulada em inglês e não em alemão

JOÃO QUARTIM DE MORAES

Contrariando as grandiloqüentes previsões do vidente Fukuyama, o pensador de plantão do Departamento de Estado do Império do Norte que, na euforia reacionária suscitada pelo colapso político do bloco soviético, erigiu o país do dólar e dos mísseis ditos inteligentes em expressão suprema e final da evolução histórica da humanidade, a história seguiu sua áspera marcha. A tal ponto que, para bloqueá-la, o presidente Bush filho, na trilha de seu pai, foi levado a recorrer a métodos mais sólidos do que àquela filosofia oca, sintetizando-os numa “doutrina” cuja principal diferença em relação à do “Reich de mil anos” de Adolf Hitler é ter sido formulada em inglês e não em alemão.

Deixando de lado a retórica, repetitiva e intelectualmente indigente, do inquilino da Casa Branca, o ponto essencial desta doutrina é que os Estados Unidos, depois da queda do “Império do Mal” (no léxico singelo de Reagan, a expressão, haurida em histórias de quadrinhos, designava a União Soviética), não aceitarão nenhum desafio à incontestável supremacia militar de que

A doutrina Bush e



dispõem graças a um orçamento bélico que, após os fulminantes atentados de 11 de setembro de 2001, ultrapassou os 300 bilhões de dólares anuais, para se aproximar, com o desencadeamento da “cruzada internacional contra o terrorismo”, dos 400 bilhões.

Embora mortíferos, os resultados políticos e militares da expedição punitiva que soterrou o Afeganistão sob atrozes bombardeios foram demasiado precários. Os talebãs (acusados de

dar guarida a Bin Laden e à rede Al Qaeda) foram derrubados do poder e substituídos no governo por milícias feudais e bandos de saqueadores e traficantes de droga agrupados na chamada “Aliança do Norte”. Mas a cruzada de Bush, a despeito do colossal acúmulo de armas e de matadores profissionais que mobilizou, não somente, após um ano e meio de caça ao homem, não logrou agarrar Bin Laden, “vivo ou morto”, nem destruir a rede Al Qaeda, como tampouco

a rapina do petróleo



Jesus Carlos/Passateira contra a guerra, 15-2-2003, São Paulo

Até 1968 a segunda maior reserva de petróleo do mundo era pilhada pelos trustes dos EUA e da Grã-Bretanha

conseguiu aniquilar a resistência patriótica afegã, que continua travando com êxito a guerra de guerrilhas contra o ocupante estrangeiro e seus asseclas locais.

Não deixa de ser curioso, pois, que, em vez de cumprir até o fim

suas bombásticas (em todos os sentidos) promessas de acertar as contas com os que fizeram os habitantes de Nova Iorque sofrer um apocalipse semelhante às chuvas de mísseis despejadas por seu governo na periferia pobre da ordem liberal-imperialista, Bush filho concentre seu furor genocida contra o Iraque, cujo governo sabidamente não mantém nenhuma espécie de vínculo com os presumidos autores dos atentados de 2001 e que, em matéria de destruição maciça, apenas tem recebido os mísseis lançados pelos matadores profissionais do Pentágono.

LÓGICA DO BELICISMO

Do ponto de vista militar, entretanto, a explicação é óbvia: contrariamente aos militantes da Al Qaeda e aos guerrilheiros afegãos, alvos móveis e clandestinos, Saddam Hussein (com quem Bush filho herdou do pai algumas contas a acertar) é um alvo fixo, no qual pode ter máxima eficácia a imensa superioridade balística dos agressores. Que haja um componente doentio em sua obstinação antiiraquiana, fica evidente na fixidade alvar, típica dos tresloucados, que paira na expressão facial do presidente dos Estados Unidos.

Mas não convém superestimar o aspecto psicopatológico de seu pensamento. Mesmo porque em dezembro de 1998, Clinton, seu predecessor, que não era louco, mandou bombardear Bagdá com violência sem precedentes desde 1991. Precisava distrair a opinião

A conquista da paz deve ser encarada como parte da luta prolongada contra o belicismo imperialista

pública estadunidense do processo de “impeachment” que então lhe era movido por assuntos sexuais, mas, evidentemente, se usou a pele dos iraquianos para fugir da sanha dos alcoviteiros midiáticos, foi porque o aniquilamento de Saddam Hussein se inscrevia perfeitamente na lógica do belicismo imperialista. Tanto assim que o editorialista do *Washington Post*, replicando ao secretário-geral da ONU, Kofi Annan, que ousara, naquela ocasião, expressar tímidas reservas em relação aos bombardeios anglo-estadunidenses, reiterou, com esplêndida arrogância, o princípio fundamental do que então se chamava a “doutrina Clinton”: “Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha são mais fiéis aos objetivos textuais das Nações Unidas do que as próprias Nações Unidas”.

Pior para Saddam que, do ponto de vista do imperialismo estadunidense e britânico, carrega um vício insanável e inafiançável: estar vinculado ao movimento nacionalista Baas (ideologicamente socialista, pan-arabista e laico), que em 1968 assumiu o poder no Iraque, recuperando para a nação a



Jesus Carlos/Passageira contra a guerra, 15-2-2003, São Paulo

Protesto mundial de 15 de fevereiro mostrou o repúdio que a política de Bush e de seu comparsa britânico inspira à parte mais lúcida e generosa da humanidade

bilhões), mas bem acima da Venezuela (65 bilhões) e um pouco acima do vizinho Kuwait (96,5 bilhões).

MOVIMENTO ANTIIMPERIALISTA

Para não se intoxicar com a desinformação midiática, é preciso lembrar que o Iraque nunca aceitou a fabricação deste país-fantoches do colonialismo inglês, que, com régua e compasso, traçou-lhe as fronteiras levando principalmente em conta o subsolo (a superfície é de apenas 18 mil quilômetros quadrados, boiando em cima de um mar de petróleo) e entregou o poder local a emires submissos. O que, evidentemente, não justifica a invasão iraquiana de 1990.

Em matéria de invasões, porém, Saddam Hussein é um pequeno artesão, comparado aos gangsters da Casa Branca, sedentos de petróleo. Somadas, as reservas do Iraque, do Kuwait e da Arábia Saudita chegam perto dos 500 bilhões de barris, quase a metade das reservas mundiais. Conquistando o Iraque e colocando fantoches submissos no governo, eles farão um negócio da China (como diziam os

colonialistas no tempo em que podiam esturpar e esfolar a China), rentabilizando, com lucros fabulosos, os colossais investimentos exigidos por sua máquina de guerra planetária (que não pode ficar ociosa) e compensando amplamente o custo dos fulminantes meios de destruição necessários para “instaurar a democracia” no Iraque.

As primeiras manobras bélicas já começaram. Centenas de matadores de elite estão farejando o território iraquiano, enquanto seus 150.000 colegas do grande exército colonial estadunidense esperam, nos emirados satélites ou a bordo de portentosa esquadra, de que fazem parte quatro porta-aviões nucleares, a ordem de derramar um mar de sangue para conquistar um mar de petróleo.

A grandiosa mobilização internacional de 15 de fevereiro de 2003, de que participaram, em centenas de cidades do mundo inteiro mais de quatro milhões de manifestantes (um milhão dos quais em Londres, outros tantos em Roma) mostrou o repúdio que a política de guerra de Bush e de seu comparsa britânico inspira à parte mais lúcida e generosa da humanidade. Não há de ser o bastante para deter a mão dos genocidas. Diferentemente, porém, da midiática hipócrita que finge ser a favor da paz, mas consagra-se principalmente a diabolizar Saddam Hussein e a apresentar a hegemonia estadunidense como inelutável, o movimento antiimperialista, no qual os comunistas ocupam posição de vanguarda, entende a conquista da paz como uma luta prolongada contra o belicismo imperialista.

João Quartim de Moraes é professor do departamento de filosofia da Unicamp/SP, membro do conselho editorial da revista *Crítica Marxista* e organizador da coletânea *História do marxismo no Brasil*

segunda maior concentração mundial de jazidas de petróleo, até então descaradamente pilhadas pelos trustes daquelas duas potências, que proporcionaram ganhos multimilionários a dinastias de tubarões imperiais, entre os quais a própria família de Bush e muitos de seus asseclas.

A importância econômica destas jazidas não provém apenas de sua abundância, mas também do baixo custo de sua extração. É útil lembrar que os Estados Unidos produzem apenas a metade do petróleo que consomem, que suas reservas representam apenas cerca de 3% das reservas totais do planeta (30.334 milhões de barris para um total de 1.074.850 milhões de barris) e que sua produção é bombeada de poços muito velhos (alguns com mais de 50 anos), portanto, a custos elevados. Ao passo que o Iraque dispõe de cerca de 100 bilhões de barris de reservas provadas, superado apenas pela Arábia Saudita (261

CONTRA A ALCA

Durante a posse da Comissão Presidencial da Área de Livre Comércio das Américas, ocorrida em Caracas em fevereiro, o presidente Hugo Chávez disse que “tal como está, a Alca é um jogo no qual nós, países dependentes, não teríamos nenhuma possibilidade de sobreviver porque esse mecanismo foi engendrado pelo neoliberalismo”. O presidente venezuelano disse ainda que “nossa Constituição é antineoliberal, por isso é que têm alguns que querem apagá-la do mapa, já que é uma pedra nos sapatos deles”.

CHOQUES NA BOLÍVIA

Um confronto em La Paz, envolvendo policiais que protestam contra um imposto sobre os salários e soldados do Exército, resultou em 33 pessoas mortas e em dezenas de feridos. No dia seguinte, uma greve geral convocada pela Central Operária Boliviana (COB) parou o país. O presidente boliviano foi obrigado a anular a medida.

COCALEROS DO PERU

Mais de 40 pessoas ficaram

feridas e 15 foram presas num confronto entre a polícia e cerca de mil produtores de folha de coca da cidade peruana de Aguaytía. Os *cocaleros* fizeram a greve contra o programa de erradicação de plantações de coca, para substituí-la por produtos alternativos. Eles querem também a libertação do líder *cocalero* Nelson Palomino, preso sob a acusação de “apologia ao terrorismo”.

AMÉRICA CENTRAL

Milhares de professores em greve cercaram os prédios dos Ministérios das Finanças e do Trabalho da Guatemala para reivindicar melhores salários. Os protestos obrigaram o Congresso Nacional a suspender suas sessões. Além da greve dos professores, o governo enfrentou os protestos dos camponeses e indígenas ligados ao cultivo do café, que exigem solução para o problema da terra. Na Jamaica, mais de 20 mil professores fizeram greve por aumentos salariais.

MÚSICOS DOS EUA

Músicos da Broadway suspenderam a apresentação de

18 dos 19 musicais em cartaz na famosa avenida nova-iorquina. A greve, contra o fim das orquestras ao vivo e a ameaça de mais desemprego, foi bem sucedida. “Fizemos alguma redução no número mínimo de músicos, mas preservamos a música ao vivo na Broadway”, disse o presidente do sindicato dos músicos, Bill Moriarity.

GREVE NA ARGÉLIA

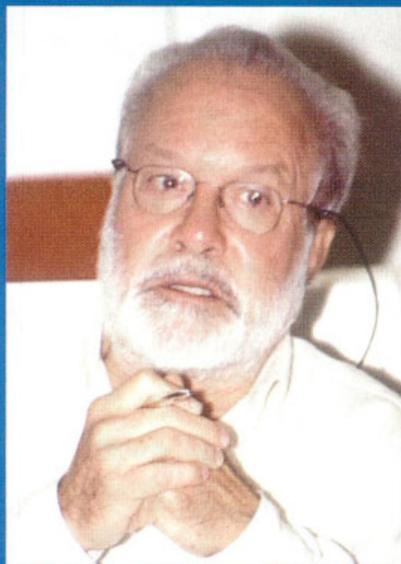
Uma greve geral paralisou a Argélia por dois dias em fevereiro. Os trabalhadores reivindicavam aumentos salariais e protestavam contra privatizações. Líderes sindicais dizem que as privatizações põem em perigo a união e a estabilidade da nação — além de causar desemprego.

JORNADA EM PORTUGAL

Os trabalhadores das embaixadas, consulados, missões e representações de Portugal no estrangeiro fizeram em fevereiro duas semanas de greves em defesa de reivindicações antigas, entre as quais os atrasos na atualização salarial e a falta de concursos de progressão nas carreiras.



HERVAL PINA RIBEIRO



Os empresários brasileiros sempre foram avessos à democratização das relações de trabalho

Contagem regressiva já começou para Lula

O governo ainda teve pouco tempo para promover as transformações numa sociedade como a brasileira. O afã de fazer alguma coisa é legítimo quando se trata de resolver problemas que estão à flor da pele, mas o pragmatismo pode ser uma coisa horrível quando se trata de meramente exercer e manter-se no poder. Espera-se que a esquerda, PT à frente, não cometa este equívoco, cujas conseqüências seriam funestas.

O que Lula fará na área da saúde do trabalho? Tutelar a questão, via Ministério do Trabalho e Emprego, ou, como faz o Ministério da Saúde, tratar como questão menor, retirando seu potencial transformador de uma questão séria que tem muito a ver com as imposições patronais que o presidente conhece bem?

É difícil melhorar as relações de trabalho profundamente assimétricas e historicamente desfavoráveis do Brasil. Nem por isso deixa de ser necessária a sua democratização. É lícito, pois, perguntar: Em que momento será pautada a liberdade de organização sindical nas empresas? No bojo de que reforma?

FORÇAS CONFLITUOSAS

Com competência, embora abrindo mão da coerência, o governo montou um amplo arco

impõem a tal “modernização” do trabalho. Os resultados desta modernização conservadora têm sido a desvalorização do trabalho, inclusive da aposentadoria, com a queda de receita da Previdência.

UM GOVERNO ATIVO

Quando se quer fazer reformas sociais, a construção de maiorias é uma necessidade, mas não se há de pretender consensos, imaginando que todos saiam ganhando. Sob um governo popular, imagina-se que os que mais lucram sejam induzidos a abrir mão dos privilégios e do poder desfrutados há séculos.

Os movimentos sociais brasileiros são, em sua essência, reformistas. Não querem que o governo seja paternalista e provedor, mas que, ao menos, faça funcionar as instituições e dispositivos ao seu alcance para que as necessidades públicas sejam satisfeitas com dignidade. É querer muito? É, mas custa menos que os juros da dívida externa.

Aqui entra o debate sobre a Fundacentro. Trata-se de um órgão de pesquisa subordinado ao Ministério do Trabalho desde sua fundação, há 36 anos. Agora sua direção está com um técnico com longa trajetória na área e na CUT. Vamos torcer para que inaugure políticas e práticas inovadoras na área, acertando onde militares, empresários e doutores erraram, quase levando o órgão ao total descalabro. E que seja rápido, pois a contagem regressiva começou.

de sustentação política. Vai das centrais sindicais ao capital nacional e mundial. Pelo que se lê, essas forças heterogêneas e conflituosas são favoráveis às reformas previdenciária, tributária, política e trabalhista. Será?

O Conselho de Desenvolvimento Social, integrado majoritariamente por empresários, irá discutir as reformas, pretendendo-se que a previdenciária lidere a série – uma antiga cobrança do FMI. O termo marajá usado por Collor para estigmatizar os servidores ainda não ressurgiu explicitamente, mas os aposentados já estão sendo culpados pelo rombo da Previdência, igualzinho aos governos anteriores.

Os empresários, brasileiros ou não, sempre foram avessos à democratização das relações de trabalho e, há duas décadas,

Herval Pina Ribeiro é professor-doutor em saúde pública e pesquisador na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

"Os Sertões" é dez



Arraial de Canudos

“Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente 5.000 soldados”.

Assim termina o livro “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, uma obra-prima da literatura brasileira, no qual se conta em detalhes a situação do sertão

O livro de Euclides da Cunha sobre a Guerra de Canudos, publicado há 101 anos, deveria ser lido por todos aqueles que desejam conhecer o Brasil hoje

RONIWALTER JATOBÁ

nordestino no final do século 19, um lugar abandonado pelas leis e vivendo sob o jugo dos latifundiários e os horrores da

chamada Guerra de Canudos. Lançado em dezembro de 1902, há precisamente 101 anos, numa edição com apenas mil exemplares, é uma narrativa de difícil leitura, mas deveria ser lida por todos aqueles que desejam conhecer o Brasil de ontem e de hoje.

Enfrentei o livro, primeira vez, ainda adolescente. Na época, era quase obrigatório entre os colegas de Campo Formoso, no sertão baiano. Pudera: a escola ficava a menos de 80 quilômetros do arraial de Canudos, onde se desenrola todo o enredo do livro, ou seja, o cerco movido entre

Antes de chegar a Canudos, Euclides da Cunha pensava ser contra um levante

PORQUE LER “OS SERTÕES” HOJE

“Enquanto não caducar a guerra dos ricos contra os pobres, que parece eternizar-se, *Os Sertões* manterá sua atualidade”.

Walnice Nogueira Galvão, escritora.

“Sigo a reputando como uma das obras-primas que já foram feitas no continente, um livro fundamental para entender o que é e o que não é a América Latina, um manual não superado sobre nossos erros”.

Mário Vargas Llosa, escritor.

“*Os Sertões*, verdadeiro monumento de nossas letras, capital para a compreensão da mentalidade sertaneja... Neste livro as durezas e desconformidades da linguagem são esquecidas na extraordinária força pitoresca e dramática da narrativa”.

Manuel Bandeira, poeta.

“Eu tinha que ler *Os Sertões* se queria ser um escritor brasileiro. Meti isso na cabeça e entreguei-me à tarefa obrigatória. No início foi penoso, mas, bravamente, atravessei as áridas páginas da primeira parte, ‘A Terra’, e passei ao capítulo seguinte, de travessia igualmente difícil, pelo menos até chegar aos tipos humanos – o sertanejo, o vaqueiro, o jagunço... Meu interesse era conhecer a história de Antônio Conselheiro, que se tornara lendária, tema dos cordéis da infância. E, quando a ela cheguei, não larguei mais o livro



Fábio de Barros

■ Mulheres, crianças e idosos aprisionados no final da guerra de Canudos.

até a última página do derradeiro capítulo”.

Ferreira Gullar, poeta.

“As páginas de Euclides rodaram voz, ensinando-nos o vaqueiro, sua estampa intensa, seu código e currículo, sua humanidade, sua história rude. E tinha conteúdo e direção o que Euclides comunicava em seus superlativos sinceros, na qualidade que melhor lhe cabia dar, nesta nossa largueza descentrada, de extremas misturas humanas, numa incomedida terra de sol e cipós”.

Guimarães Rosa, escritor.

“O livro, por tantos títulos notáveis do Sr. Euclides da Cunha, é ao mesmo tempo o

livro de um homem de ciência, um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, que sabe ver e descrever, que vibra e sente tanto os aspectos da natureza, como ao contato do homem, e estremece todo, tocado até ao fundo da alma, comovido até às lágrimas, em face da dor humana, venha ela das condições fatais do mundo físico, das secas que assolam os sertões do norte brasileiro, venha da estupidez ou maldade dos homens, como a Campanha de Canudos”.

José Veríssimo, crítico.

bárbaro e monarquista, mas logo seria dos maiores críticos da violência do Exército

1896 e 1897 pelo Exército brasileiro contra um reduto de fanáticos religiosos, seguidores do beato Antônio Conselheiro.

Todos os anos volto novamente às suas páginas. Já afirmava o escritor e cartunista Millôr Fernandes que “Os Sertões” é um livro que todo o mundo deveria ser obrigado a ler aos dezesseis anos – para relê-lo e apreciá-lo só depois dos trinta. “Criticar esse trabalho não é mais possível”, dizia o crítico Araripe Júnior, já em 1903. “A emoção por ele produzida neutraliza a função crítica”.

“Os Sertões” está dividido em três partes: “A Terra”, “O Homem” e “A Luta”. Na primeira parte, o autor faz um minucioso estudo geográfico do Nordeste, especialmente do sertão da Bahia.



Na segunda, analisa em pormenores o tipo humano da região e, em especial, o líder Antônio Conselheiro. Já na terceira e última parte, Euclides da Cunha narra a luta desigual entre as quatro expedições militares e os homens do Conselheiro.

Calcula-se que o Exército brasileiro tenha perdido algo em torno de cinco mil homens. Não se sabe ao certo quantas foram as baixas civis, mas a população do arraial de Canudos foi trucidada: mais de vinte mil pessoas, entre homens, mulheres e crianças. De acordo com o jornalista Ênio Squeff, “nem na Guerra do Paraguai, em nosso maior conflito contra um inimigo externo, o Brasil contou tantas mortes como em Canudos”.

UM REPÓRTER NO SERTÃO

Desde julho de 1896, o governo de Prudente de Moraes (1894-1898) tentava sufocar o movimento deflagrado em Canudos. No vilarejo do sertão baiano, encravado às margens do rio Vaza-Barris, o messiânico Antônio Conselheiro exortava o povo a resistir à República e, com o auxílio dos povoados vizinhos,

“Enquanto não caducar a guerra dos ricos contra os pobres, que parece eternizar-se, *Os Sertões* manterá a atualidade”

DATAS DE FIM DE SÉCULO

1888 – É abolida a escravidão no Brasil;

1889 – É proclamada a República. Início do governo do marechal Deodoro da Fonseca;

1891 – Início do governo do marechal Floriano Peixoto;

1894 – Governo de Prudente de Moraes, primeiro civil a assumir a presidência da República;

1896/97 – Guerra de Canudos;

1900 – 3º Censo: a população do país é de 17.318.556 de pessoas.

enfrentava as tropas do Exército à base de emboscadas e a força mística de pregações religiosas.

Em 1º de setembro de 1897, o engenheiro e repórter Euclides da Cunha salta na estação de trem de Queimadas, para entrar na caatinga e relatar os crimes praticados no interior baiano. Deixa a cidade três dias depois e chega a Monte Santo. Descreve em seu diário de guerra o calvário de Monte Santo e parte então para Canudos. Em 16 de setembro, já está no palco da guerra.

Os soldados traziam metralhadoras, granadas e canhões. Embora poderosamente armados e em número várias vezes superiores aos revoltosos, perdiam todas as batalhas. A resistência do sertanejo assombrava o país e a

QUEM FOI EUCLIDES DA CUNHA

Nasceu em 20 de janeiro de 1866, na fazenda Saudade, no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, onde viveu só até os três anos. Com essa idade perdeu a mãe. Até os vinte anos, morou em casa de parentes no Rio, São Paulo e Bahia. Por isso mesmo, seus primeiros estudos foram feitos em várias escolas, só vindo a se fixar em 1886, na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio. Mas por pouco tempo: dois anos depois foi expulso por um ato de protesto contra o então ministro da Guerra do governo monarquista.

Durante o tempo em que ficou fora da escola começou a estudar engenharia, retornando ao Exército em 1889, depois da proclamação da República. Logo foi promovido a tenente e casou-se com a filha do general Sólton Ribeiro, oficial republicano. Antes de terminar o curso na



Euclides da
Cunha/Oleio/
Anônimo

Escola de Guerra, em 1891, já colaborava em jornais como a *Gazeta de Notícias* e *O Estado de S. Paulo*. Em 1896, deixa o Exército para dedicar-se à engenharia civil. No ano seguinte, escreveu dois artigos sobre a campanha de Canudos. Aí, recebeu o convite de *O Estado de S. Paulo* para ser correspondente de guerra no local. Partiu então para o sertão baiano, de onde, durante os meses de setembro e outubro, enviou reportagens sobre o conflito.

derrota de Canudos tornou-se, para o Exército e para a República, uma questão de honra nacional. Antes de chegar a Canudos, Euclides pensava em defender o regime republicano contra um levante bárbaro e monarquista, mas caberia ao autor questionar a República que se formava e ser um dos maiores críticos do Exército brasileiro.

Com o massacre dos seguidores de Antonio Conselheiro e o fim da guerra, Euclides volta ao Rio de Janeiro. Publica no *Estado de S. Paulo*, em 19 de janeiro 1898, as primeiras

amostras de sua futura obra, no artigo "Excerto de um livro inédito". Muda-se para São José do Rio Pardo, no interior paulista, para reconstruir uma ponte sobre o rio Pardo. No galpão de zinco instalado junto ao rio, onde estudava as plantas da ponte e fazia cálculos, começa a redigir "Os Sertões".

Certa vez um jornalista perguntou a Jorge Luís Borges qual a sua opinião sobre Euclides da Cunha. Polêmico e erudito, o escritor foi convencional. Disse que se tratava de um importante autor, responsável por "Os

"Os Sertões" só saiu cinco anos depois de seu regresso de Canudos. A obra deixou o país estarrecido. Após sua leitura se tomava conhecimento de que a luta de Canudos, considerada uma batalha heróica para a salvação da República, era um crime. Mostrou que ela não foi apenas um acontecimento local, mas um grito de revolta de todo o sertão brasileiro.

O livro abriu as portas para a Academia Brasileira de Letras e Instituto Histórico e Geográfico. Nomeado chefe da comissão de reconhecimento do Alto Purus, Euclides viajou à Amazônia, retornando em 1905 ao Rio, onde trabalhou algum tempo com o barão de Rio Branco, no Itamaraty. Escreveu dois livros de ensaios: "Contrastes e Confrontos", de 1907, "À Margem da História", de 1909, e um relatório técnico, "Peru versus Bolívia", de 1907.

Aos 42 anos, em 15 de agosto de 1909, morreu assassinado pelo jovem tenente Dilermando Reis, amante de sua mulher, ao enfrentá-lo a tiros no bairro da Piedade, no Rio de Janeiro.

Sertões", um dos melhores livros da literatura luso-brasileira. Na mesma entrevista, também foi questionado a respeito das dificuldades de leitura da obra, mesmo para os brasileiros. Borges então, como um bom argentino, não perderia a oportunidade de fustigar os brasileiros. Afirmou que no Brasil não se gostava de muitas coisas, o que não diminuía a importância das coisas.

Roniwalter Jatobá é jornalista e escritor, autor de oito livros de ficção e história, entre eles *Crônicas da vida operária* e *O pavão misterioso e outras memórias*. Organizou a antologia de contos *Trabalhadores do Brasil - Histórias do povo brasileiro*

A relação entre movimentos sociais, sindicatos e partido



EVERALDO AUGUSTO

Na véspera do III Fórum Social Mundial, lideranças de vários países se reuniram, em Porto Alegre, no III Encontro Latino-Americano de Sindicalistas Classistas. Participaram delegações do Brasil, Cuba, Argentina, Venezuela, Chile,

Peru, Equador, Uruguai, além de convidados dos EUA, França e Galícia (Espanha). Na ocasião, foi apresentada uma instigante análise sobre as novas relações entre as ONGs, o sindicalismo e os partidos, cuja síntese reproduzimos a seguir

O fim da ditadura militar foi consequência, entre outros fatores, das lutas

Ao longo do século passado, os movimentos sociais se constituíram em importante instância de participação popular organizada e forte elemento contestador à ordem capitalista. Em diversos momentos eles foram protagonistas, ao lado dos sindicatos e partidos, de mobilizações que provocaram viradas políticas ou, mesmo quando derrotados, tiveram desdobramentos positivos na luta democrática e popular.

Estamos falando de certo tipo de movimento social, autônomo em relação aos partidos e sindicatos, mas com eles atuando em sintonia. Em permanente articulação com a institucionalidade, ele representa setores populares, estudantes, jovens e segmentos médios, sem representação institucional direta. Ao longo do tempo, ganhou visibilidade e representatividade pelo poder de mobilização destas parcelas da população.

A fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922, a constituição da Aliança Nacional Libertadora, o fim da ditadura Vargas, a entrada do país na II Guerra Mundial e a mobilização pelas reformas de base do governo Jango tiveram a participação intensa deste movimento social. A repressão do golpe militar não impediu que, em 1968, eles voltassem às ruas e promovessem grandes jornadas de luta contra a ditadura.

No período mais recente, todas as conquistas sociais e democráticas contaram com a sua participação. Foi assim nas ações que resultaram na reconstrução da UNE, na criação da CUT, nas campanhas pela anistia, pelas

diretas e pela constituinte. O próprio fim da ditadura foi consequência, entre outros fatores, das lutas travadas pelo movimento social. Nesta trajetória, o impeachment de Collor foi o ponto alto desta pressão, cunhando a expressão “caras pintadas” para expressar a indignação da juventude e do povo brasileiro.

Durante o governo FHC a resistência de entidades históricas, como UNE, UBES, sindicatos e CUT, foi responsável por significativas vitórias que retardaram a implantação do neoliberalismo. Podemos afirmar, com certeza, que a vitória de Lula foi construída, em parte, pela ação dos movimentos sociais brasileiros.

Fontes principais de financiamento das ONGs são as agências mundiais, responsáveis por 78% dos recursos

CRISE DO SINDICALISMO

Estes movimentos sociais autônomos – mas inseridos na lógica da luta por transformações, parceiros dos sindicatos e partidos de esquerda, de conotação contestatória, antiimperialista e interessados no avanço da luta pelo socialismo – poderiam ser chamados de “movimentos de resistência”, muito embora o termo não expresse todo o conteúdo das diversas

organizações aqui descritas. Mas torna-se necessário denominá-los de alguma forma para diferenciá-los de outros movimentos, as ONGs, que surgem nas últimas décadas do século XX e que têm algumas características distintas dos chamados “movimentos de resistência”.

As ONGs ganham notável visibilidade coincidindo com a crise que atinge a luta operária e sindical a partir da desagregação da URSS e do fim das experiências socialistas do Leste Europeu - fatos tidos como uma derrota estratégica do movimento operário mundial. Deles decorreram o fim da bipolaridade e a ascensão dos EUA como única potência militar, política e econômica no mundo.

O período que se segue, denominado de “nova ordem”, é marcado por ferrenha ofensiva ideológica da burguesia contra o socialismo, os partidos operários, os sindicatos e tudo o que signifique solidariedade, coletividade e bem comum. A crise ganha novas proporções com a predominância do neoliberalismo, da globalização e da reestruturação produtiva. Os efeitos destes três fenômenos, agindo de forma simultânea e combinada, produziram resultados desastrosos para as organizações sindicais e operárias no mundo.

Os sindicatos ficaram de mãos amarradas diante do desemprego, dos ataques aos direitos trabalhistas, da precarização do trabalho, do rebaixamento salarial, das privatizações. Da mesma forma, não conseguiram acompanhar a velocidade das inovações científicas e

travadas pelo movimento social em sintonia com os sindicatos e os partidos

tecnológicas incorporadas ao processo produtivo. A reestruturação produtiva se deu sob completa direção do capital e à revelia dos sindicatos e da sociedade, trazendo como consequência mais desemprego, mais precarização, mais exploração, mais crise.

A ideologia neoliberal, anti-sindical em essência, predominou desde o chão da fábrica até as instituições, atingindo a intelectualidade, a universidade e os meios de comunicação, através do discurso que pretendia provar que a objetividade destes três fenômenos se sobrepuja às teorias, às orientações políticas e aos projetos de classe. Desta forma, intelectuais a soldo do neoliberalismo, consultores de recursos humanos e profissionais da reengenharia alardeavam em seminários e conferências, com a devida repercussão na mídia, o fim da história, o fim da centralidade do trabalho, o fim do emprego, o fim dos sindicatos.

Este contexto de defensiva atinge também, embora de maneira diferenciada, os movimentos sociais de “resistência”. Assim como os sindicatos, estes movimentos, principalmente o estudantil, são alvos da ofensiva ideológica da burguesia, que tenta a todo o momento descaracterizá-los e afastá-los das bases.

No 10º Congresso do PCdoB, Ricardo Abreu, secretário da juventude, afirma em seu informe: “As classes dominantes estimulam a fragmentação e despolitização dos movimentos juvenis e procuram limitar a ação juvenil à luta pela ‘cidadania’ em seu sentido liberal. Atacam com

virulência o movimento estudantil. Fazem falsa contraposição entre os movimentos juvenis ‘tradicionais’, excessivamente politizados para eles, e os ‘novos’ movimentos, como as ONGs, grupos de voluntariado e de jovens protagonistas, que fariam ação social e não política. Na prática, procuram uma face ‘humanitária’ para o neoliberalismo”.

PERFIL DAS ONGS

Mas o que são mesmo estas ONGs? O que são estes movimentos que se organizam em torno da luta de gênero, racial, ambiental, orientação sexual, juvenil e por demandas como moradia, saúde e educação?

Em pesquisa realizada em 2001, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) mostrou que a maioria das ONGs no país atua na área de educação (52%), vindo em seguida, pela ordem, as áreas de organização popular, justiça e promoção de direitos, relação de gênero e discriminação sexual. Seu modo de atuação é voltado majoritariamente para a formação técnica e política. Seus beneficiários principais são

organizações populares, crianças, adolescentes, mulheres e trabalhadores rurais.

O total de beneficiários diretos é de 1.718.672 pessoas e o de beneficiários indiretos de 20.714.645. Suas fontes principais de financiamento são as agências internacionais, responsáveis por 78,75% dos recursos, a comercialização de produtos, órgãos governamentais e empresas. O valor nominal do orçamento de 163 ONGs pesquisadas pela Abong em 2000 foi R\$ 138.659.861,16 – a média por ONG de R\$ 850.500,00.

Alguns críticos se apegam à questão do financiamento para tirar as suas conclusões, talvez movidos pela consigna de “quem dá o pão, dá o castigo”. A pesquisa demonstra que as principais fontes são as agências internacionais vinculadas às corporações capitalistas e o Estado, que serve às multinacionais. Isto embora o discurso das ONGs seja de crítica ao Estado e de afirmação da sociedade civil. Em seu cinismo sem limites, FHC as denominou de Organizações Neo-Governamentais. Devia saber do que estava falando!

Sem desprezar este aspecto, outros críticos destacam o lugar ocupado pelas ONGs na estratégia neoliberal de repassar à sociedade as responsabilidades do Estado – que, é bom lembrar, foram conquistas das lutas sociais. As ONGs seriam coniventes e se beneficiariam do “Estado Mínimo” ao se propor a executar tais ações. Esta crítica é mais incisiva quando se avaliam iniciativas “empreendedoras”,

Sindicatos e partidos de esquerda devem avançar na relação com os movimentos sociais, inclusive com as novas ONGs

ONGs ganham visibilidade coincidindo com a crise que atinge o movimento

como as da economia solidária, incubadora de empresa e outras do “terceiro setor”. No caso isolado, elas inserem parcelas dos excluídos pelo projeto neoliberal; mas, em escala, são “colchão amortecedor” da revolta dos excluídos.

Contudo, o que mais preocupa é o discurso dos teóricos destes novos movimentos, que reproduz a tese neoliberal que nega o marxismo como método de análise e doutrina em permanente renovação. Onde o marxismo vê a sociedade capitalista dividida em classes antagonicas, no interior das quais surgem as diferenças de gênero, raça, etnia, etc, estes vêem uma sociedade fragmentada em múltiplas identidades que se sobrepõem às classes.

Onde o marxismo vê na exploração capitalista a perpetuação da discriminação de gênero e racial, eles rotulam o marxismo de teoria totalizadora que submete as diferenças à camisa de força da centralidade da classe social. Estes teóricos acabaram por decreto com toda centralidade em quaisquer categorias de análise. Cada sujeito um discurso, cada discurso uma história. Neste caos, de fato, fica difícil lutar por mudanças radicais na sociedade. Enquanto os partidos operários afirmam que alcançar o poder é fundamental para operar estas mudanças, eles dizem que é possível mudar o mundo sem tomar o poder.

ESPAÇOS DE ATUAÇÃO

Não obstante as críticas, é preciso fazer diferenciações sobre as ONGs, mesmo porque toda

generalização é falha. Algumas delas incorporaram milhões de jovens aos protestos de rua contra globalização, criaram espaços para novas formas de militância e jogaram luz sobre problemas que, historicamente, foram objeto de discussão do sindicalismo e dos partidos operários. Esta correta avaliação, porém, não foi suficiente para tratar tais problemas com a necessária especificidade.

Podemos constatar também que a ação destes novos movimentos tem razoável repercussão na mídia, que é sabidamente avessa à cobertura do sindicalismo. Do ponto de vista da grande massa esta ação é positiva por chamar a atenção para questões importantes, como a denúncia da degradação ambiental provocada pela exploração do capital ou para questões como o racismo e a situação da mulher, objeto de diversos programas de inserção social, cujas demandas de ações afirmativas resultam nas políticas de cotas.

Uma infinidade de outras ONGs se organiza em torno do discurso de construir um mundo mais justo e solidário. Esses movimentos, especialmente as organizações antiglobalização, ajudam a criar uma massa crítica

na população em relação ao capitalismo. Ao lado de proposições que são marcadas por concepções fluidas e equivocadas como “sociedade civil globalizada” e “igualdade de oportunidades”, algumas de suas consignas expressam forte elemento contestatório e apontam para a construção de um novo mundo.

Assim, uma parte destes movimentos, aquela mais abertamente voltada à participação política, revela-se como mais um espaço de atuação de forças mais conseqüentes e mais experientes nos embates de classe. Mesmo porque não existe um corpo teórico deste novo movimento social, uma doutrina com categorias e leis próprias. O que há são incursões de ex-marxistas desconexos em suas análises, mas orientados para negar o papel do Partido Comunista como instrumento da transformação social. É de se levar em conta também que estes movimentos ainda não se constituíram por inteiro e estão às voltas com a discussão sobre os seus próprios “marcos legais”. Ou seja, também se perguntam: o que são mesmo as ONGs?

O aspecto da despolitização que alguns pretendem impor ao conjunto dos movimentos sociais inclusive começa a ser questionado por dentro, deixando de ser uma crítica apenas do sindicalismo classista e da esquerda marxista. Preocupado com o assunto, o sociólogo francês Pierre Bourdieu identificava nesta postura “despolitizada” a reprodução do discurso pragmático do neoliberalismo que, paradoxalmente, ao

Alguns teóricos dos novos movimentos sociais dizem que é possível mudar o mundo sem tomar o poder político

operário e sindical mundial a partir do colapso das experiências socialistas

apresentar uma política executada pela OMC, FMI e pelas multinacionais, a faz parecer neutra.

A respeito do movimento atual contra a globalização, do qual as ONGs participam junto com sindicatos e partidos de esquerda, o depoimento de Miguel Urbano, jornalista e escritor português, ex-deputado do PCP, ajuda a compreender a questão: “Pela primeira vez na história a contestação a uma política que afeta quase a totalidade da humanidade começa a encontrar uma resposta que é também global. Este protesto mobiliza milhões de pessoas em todos os continentes. Nunca antes se havia assistido algo parecido”.

Mas ele não faz concessões àqueles que querem dar aos movimentos sociais o papel de substituir o partido da classe operária: “Convém recordar que a revolta popular, por mais ampla que seja, quando não consegue ultrapassar os marcos do espontaneísmo, perde ímpeto, se dilui, não alcança a fase que culmina com a derrota do poder e a implantação de uma nova ordem social, sua meta natural”.

Diante do avanço da luta popular contra o neoliberalismo, da perspectiva de retomada da ação sindical em todos os continentes, das vitórias eleitorais da esquerda na América Latina e, principalmente, diante do acirramento das contradições provocadas pelo capitalismo, os sindicatos e os partidos de esquerda devem avançar na relação com os movimentos sociais, mesmos daqueles nucleados pelas ONGs.

A postura de proximidade com



Jesus Carlos

estes movimentos, associada à necessidade do debate teórico e ideológico com suas posições equivocadas, poderá fazer avançar a concepção de que a luta por aspectos particulares no capitalismo não deve ser um fim em si mesmo, mas deve estar vinculada a luta maior pela substituição do sistema. A abordagem por parte dos sindicatos das questões de gênero, raça, etnias e ecológicas é um fator de politização da luta sindical. Isto deve ser feito levando em conta alguns pressupostos:

- 1- Buscar inserir os novos movimentos sociais nas lutas políticas em curso contra o neoliberalismo;
- 2- Estimular o debate teórico e ideológico no interior destes movimentos, visando afirmar o marxismo como doutrina criadora e renovada;
- 3- Incentivar a participação da

juventude, mulheres, afrodescendentes e índios nestes movimentos;

4- Estimular a organização destas minorias nas bases dos sindicatos classistas, sob correta orientação;

5- Dar um caráter de maior especificidade no tratamento político-organizativo das questões relacionadas a estas minorias políticas, às questões ecológicas e à luta por moradia e melhores condições de vida;

6- Tomar medidas práticas nos sindicatos para incorporar os trabalhadores excluídos, desempregados, terceirizados e informais;

7- Fortalecer as organizações do partido revolucionário vinculadas aos movimentos sociais.

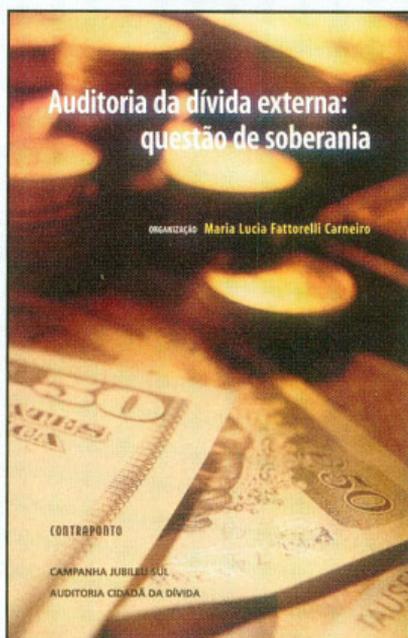
Everaldo Augusto é presidente da CUT/Bahia e membro da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC)

Problema estrutural da crise brasileira

A história das economias latino-americanas, nos últimos trinta anos, pode ser contada como a história de suas sucessivas adaptações aos ciclos do capital financeiro internacional. Na década de 1970, o acúmulo dos chamados petrodólares e a desregulamentação de importantes praças financeiras produziram um excesso de liquidez, logo repassado às nossas economias, que o absorveram sob a forma de dívidas. As condições pareciam propícias, com juros em torno de 4% ao ano.

Na década de 1980, as políticas do governo norte-americano inverteram a situação, conduzindo o sistema financeiro a uma crise de liquidez que se traduziu num dramático aumento das taxas de juros, igualmente despejado sobre nossos países. Fomos levados a realizar um ajuste em sentido contrário, não mais voltado para absorver recursos sobranes, mas para remeter ao exterior um múltiplo do que havíamos recebido. Os credores elevaram as taxas de juros até 23% ao ano, fazendo-as incidir retroativamente sobre o estoque de dívida contraído na década anterior. Nossas economias quebraram. Logo sobreveio a inflação galopante. Tivemos a “década perdida”. Nessa época, muito se discutiu sobre a dívida externa, a ponto de, no Brasil, a Constituição de 1988 – supostamente em vigor – ter determinado a realização de uma auditoria específica, que nunca nossos políticos, até hoje, tiveram a coragem de tirar do papel.

Na década de 1990, o sistema financeiro voltou a dispor de excesso de liquidez, retornando a uma posição emprestadora. Foi a



**Auditoria da dívida externa:
questão de soberania.**
Maria Lúcia Fattorelli
Carneiro (org.).
Editora Contraponto,
Rio de Janeiro, 2003

POR CÉSAR BENJAMIN

vez da renegociação das “dívidas velhas”, que hoje custam ao Brasil entre US\$ 13 bilhões e US\$ 18 bilhões por ano em juros e amortizações, seguida de planos, entre os quais o Plano Real, cujo verdadeiro lastro – devidamente dissimulado – foi a abertura de um novo ciclo de endividamento. Com o país recebendo de novo vultosos recursos do exterior, a crise inflacionária foi contida, e o debate sobre a dívida, sufocado.

Assistimos em 2002 a mais uma inflexão. A contração do sistema financeiro internacional anuncia, para nós, uma nova década de enormes dificuldades. Não terminamos de pagar a “dívida velha”, feita nos anos 70, à qual se soma agora a “dívida nova”, feita nos anos 90. É, pois,

inadiável rediscutir a questão. Ela nos coloca frente a frente com um dos principais problemas estruturais da economia brasileira (e latino-americana): sua condição de economia reflexa, que apenas reage a ciclos externos e, por isso, não constitui o seu próprio projeto de desenvolvimento. Uma ferramenta indispensável para travar esse debate e encontrar novos caminhos é a auditoria da dívida – única forma de compreendermos claramente os seus mecanismos –, aqui defendida em um livro corajoso e sumamente atual.

Como explica Maria Lucia Fattorelli Carneiro, a organização deste livro foi uma iniciativa da Campanha Jubileu Sul, que promoveu o plebiscito da dívida no ano de 2000 e colheu mais de 6 milhões de votos de cidadãos, exigindo uma auditoria da dívida, prevista em nossa Constituição Federal e até hoje não realizada. Enquanto o Congresso Nacional se omite, a campanha prossegue com o movimento da Auditoria Cidadã da Dívida. “Finalmente, se o FMI tem permissão para enviar seus técnicos ao Brasil, a cada três meses, para auditar nossas contas, por que a sociedade não pode realizar uma auditoria do processo de endividamento brasileiro? A sociedade, que paga tão caro, tem o direito de saber que dívida é esta, como ela cresceu tanto e quem se beneficiou deste processo”, afirma a organizadora do livro.

César Benjamin é autor do livro *A opção brasileira* (Editora Contraponto) e integra a coordenação nacional do Movimento Consulta Popular

FILMES

MANOEL RANGEL

Brasil e EUA em dois instantâneos

Em sua fantástica capacidade de perscrutar os sentimentos e o comportamento de uma nação, o cinema muitas vezes antecipou lances ou forneceu elementos para a compreensão de certos processos políticos e sociais. É o que ocorre nesse momento com dois filmes, um brasileiro e outro norte-americano.

O nacional é *Deus é Brasileiro* de Cacá Diegues, veterano cineasta ligado ao cinema novo, com uma filmografia vinculada à história do país e da formação da nação. O norte-americano é *Gangues de Nova York* de Martin Scorsese, que tem uma filmografia marcada pela representação dos EUA urbano.

São filmes radicalmente distintos. *Deus é Brasileiro* está imerso na cordialidade, carregado de otimismo e de crença no Brasil. Ele nos transporta ao momento mágico da posse de Lula e a ascensão de um projeto popular ao governo. *Gangues de Nova York* reforça a compreensão da violência como algo intrínseco a formação dos EUA e sugere em sua seqüência final que o barbarismo de ontem reina ainda hoje.

DEUS É BRASILEIRO
(Cacá Diegues, Brasil, 2003)

Sob o mote da piada de que Deus é brasileiro, o filme nos transporta ao universo paradisíaco e miserável do norte/nordeste brasileiro. Taoca, jovem pescador filho de um borracheiro espertalhão, encontra Deus, que veio ao Brasil para buscar um santo que o substituisse em suas

férias pela galáxia. A contragosto, ele ajuda Deus a chegar onde supostamente estaria Quinca das Mulas, o homem escolhido. A partir daí tem início as andanças da dupla por vários locais do país onde predomina a miséria, mas onde também se tem notícias da ação solidária de Quinca. Pelo caminho brota a confiança no homem brasileiro e a convicção de que não advirá de milagres a resolução dos nossos desafios históricos.

GANGUES DE NOVA YORK
(Martin Scorsese, EUA, 2002)

O filme expõe uma faceta oculta da história dos EUA: a conturbada luta entre gangues de imigrantes, de fases diversas da imigração, pela ocupação do território urbano e pela sua sobrevivência. O filme está situado no período da guerra civil e explicita os vínculos do poder público com as gangues, instrumentos de ganho financeiro das elites, de contenção dos pobres e de manutenção de poder político. Um momento excepcional do filme é quando em montagem paralela ele apresenta o confronto final das gangues e o confronto sangrento entre os trabalhadores nova-iorquinos e o exército federativo. Por todos os poros o filme exala as motivações culturais/ideológicas profundas do expansionismo guerreiro dos EUA.

Manoel Rangel é cineasta, mestrando em cinema e editor da revista *Sinapse*.
Correio Eletrônico: manoirangel@hotmail.com

GIOVANNI ALVES

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE PORTO ALEGRE – www.bancariospoa.com.br

Possui um visual discreto, objetivo, amigável, com muitas informações sobre as atividades dos bancários de Porto Alegre. Apresenta os links: *Convênios, Histórico, Leis Bancárias, Notícias, Charge do Bier, Estatuto, Links, Fale Conosco*, além de acesso às seguintes publicações: *O Bancário, Espelho Fax, Nossa Voz, Anapãr, Afubespo, Folha Sindical*. Todos os 13 Departamentos do Sindicato possuem links que apresentam objetivos e atividades desenvolvidos por cada um deles. Cabe salientar o *Denúncia Contra Bancos*, além de *Orçamento Participativo, Saúde e Agenda*. O que mais se destaca é a quantidade de informações disponibilizadas, com notícias sempre atualizadas, dia-a-dia e hora-a-hora, sobre assuntos de interesse da categoria bancária.

AUSTRALIAN COUNCIL OF TRADE UNIONS – www.actu.asn.au

A ACTU é a central sindical australiana, reunindo 43 sindicatos e cerca de 1,8 milhões de trabalhadores, representando 23% da força de trabalho do país. Na página inicial, temos as últimas notícias, atualizadas dia-a-dia. Apresenta informações sobre campanhas salariais, um link intitulado *O Futuro do Trabalho*, políticas da ACTU, além de outros links com informações sobre o sindicalismo australiano. Possui uma survey, pesquisa on-line permanente para coletar opiniões dos usuários visando aprimorar o site. Em inglês.

Giovanni Alves é doutor em ciências sociais e professor da Unesp/Marília. Correio eletrônico: giovanni.alves@uol.com.br

GILSON REIS

8º Concut definirá a estratégia da central

A CUT realizará, entre 3 e 7 de junho, o seu oitavo congresso nacional. A previsão é da participação de 2800 delegados, representando mais de 1500 entidades filiadas em dia com as contribuições estatutárias.

Desde a sua criação no início da década de 80, nossa central venceu varias etapas. Sua trajetória vitoriosa começou a ser desenhada nas greves do ABC e na luta contra a ditadura militar; nos anos 90, ela ganhou destaque na resistência ao neoliberalismo e no combate ao governo FHC.

Este percurso marcou também mudanças substanciais na sua estratégia. A CUT classista, de massas e socialista, transformou-se na “central cidadã” dos anos 90. Apesar disto, nestes mais de 20 anos de vida, a central continuou sendo a principal referência de luta sindical dos trabalhadores.

NOVO CICLO POLÍTICO

O 8º Concut foi antecipado devido ao novo ambiente político criado pela vitória de Lula. A CUT foi protagonista privilegiada deste processo. Diferentemente de outras eleições, deu apoio incondicional já no primeiro turno, organizando centenas de comitês Lula Presidente que muito contribuíram para a vitória.

A posse do novo governo, de caráter popular, antineoliberal e



A postura de independência e autonomia é vital para o futuro da CUT

mudancista, reserva grande esperança para os trabalhadores. A CUT sempre pautou a sua ação de maneira autônoma e independente. Suas opiniões, seja na reforma da Previdência ou no debate sobre o valor do salário mínimo, sempre se confrontaram com as propostas neoliberais dos governantes.

Esta postura de independência e autonomia será decisiva para o futuro da CUT. O governo Lula terá muita dificuldade neste primeiro momento para avançar nas mudanças prometidas. Elas tendem a ser lentas e graduais devido à situação de crise mundial e à maldita herança de dez anos de neoliberalismo. Para a CUT, a independência e autonomia serão o divisor de águas entre a continuidade e a mudança.

Na esfera do trabalho, o foco deve ser o direito individual e coletivo, a organização nos locais

de trabalho (OLT), a reforma agrária, a redução da jornada sem redução de salário. Todas esbarrarão em resistências dentro e fora do governo. Nestas circunstâncias, a CUT precisa impor sua marca combativa e de luta.

VALORIZAÇÃO DO TRABALHO

Nos últimos dias, cresceram os comentários de que a eleição de Luiz Marinho para a presidência da CUT, em substituição a João Felício, ocorreria por indicação do próprio presidente da Republica, visando controlar o ímpeto de luta dos trabalhadores e da central.

Lula conhece profundamente o sindicalismo e sabe que qualquer intervenção, mesmo que indireta, criará mais dificuldade que benefícios ao seu governo. Primeiro porque os sindicatos cutistas não se submetem a qualquer orientação da cúpula; segundo porque tal interferência criaria uma grave crise interna de direção.

O melhor é a CUT assumir sua responsabilidade histórica de organizar os trabalhadores, de propor mudanças e de mobilizar. Neste rumo, ela deve liderar um amplo movimento, com a participação das outras centrais e das confederações nacionais, para definir as diretrizes políticas para alcançarmos a tão esperada e necessária valorização do trabalho e dos trabalhadores.

Gilson Reis é membro da executiva nacional da CUT, dirigente do Sindicato dos Professores de Minas Gerais e integrante da coordenação da Corrente Sindical Classista (CSC)

assine hoje mesmo

Debate Sindical

Receba em sua casa ou na sede da sua entidade a única publicação do país especializada no estudo do sindicalismo. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências. A assinatura de R\$ 30,00 dá direito a quatro edições e você ganha de brinde o livro "Era FHC: A REGRESSÃO DO TRABALHO"

"ERA FHC" A REGRESSÃO DO TRABALHO

Marcio Pochmann
Altamiro Borges



CES
Centro
de Estudos
Sindicais



CUPOM DE ASSINATURA

A partir do número: _____ R\$ 30,00

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

Telefone(s) _____

Fax _____

Profissão _____

Correio eletrônico _____

FORMA DE PAGAMENTO:

Cheque nominal ao Centro de Estudos Sindicais,
no valor de R\$ 30,00

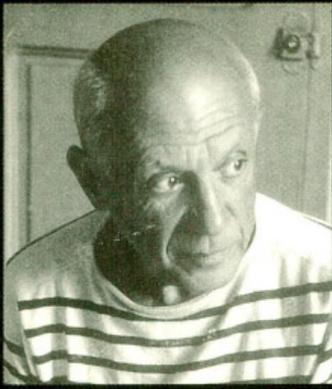
Depósito em conta corrente nº 407852-7, Banco do
Brasil, agência 3055-4 (neste caso, enviar o
comprovante via fax para 11 289-1496)

Cartão

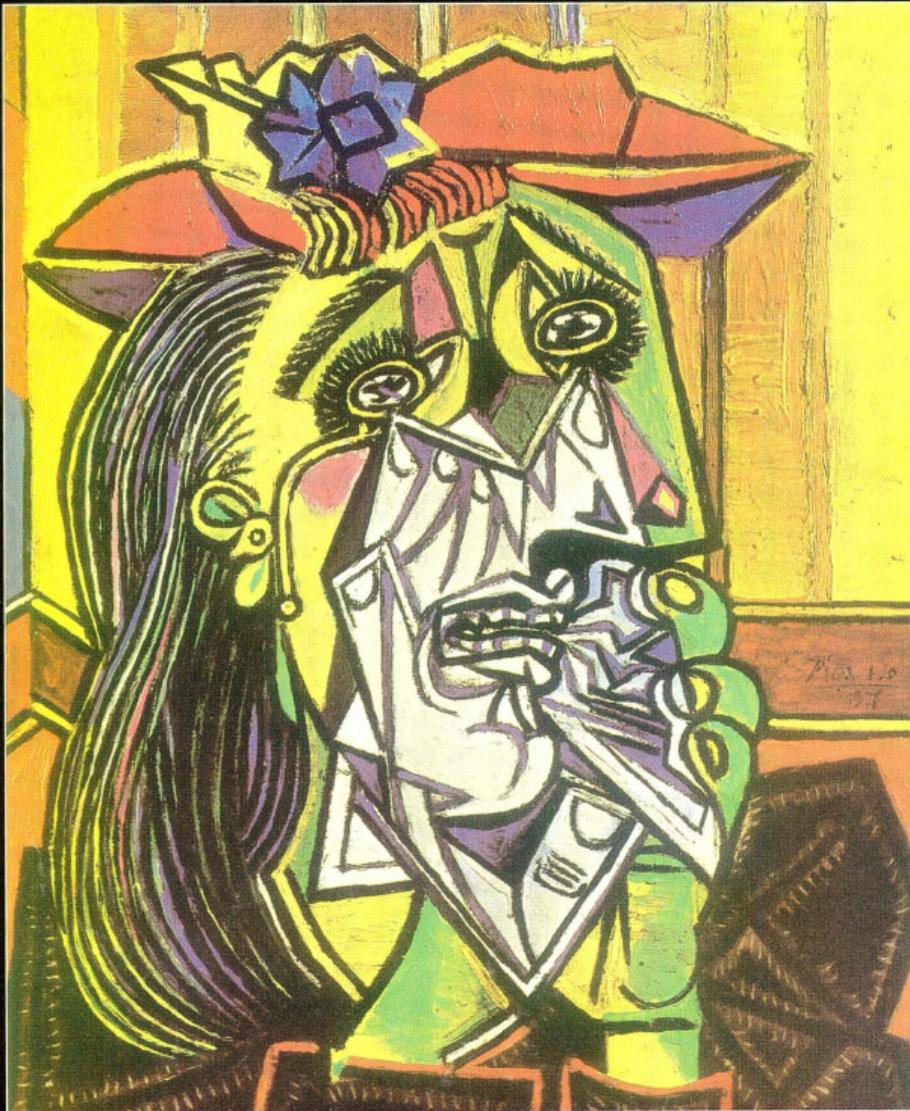
Credicard Visa

Número

Validade



“O que pensa que é um artista? Um idiota, que só tem olhos quando pintor, só ouvidos quando músico, ou apenas uma lira para todos os estados da alma, quando poeta, ou só músculo quando lavrador? Pelo contrário! Ele é simultaneamente um ente político que vive constantemente com a consciência dos acontecimentos mundiais destruidores, ardentes ou alegres e que se forma completamente segundo a imagem destes. Como seria possível não ter interesse pelos outros homens e afastar-se numa indiferença de marfim de uma vida que se nos apresenta tão rica? Não, a pintura não foi inventada para decorar casas. Ela é uma arma de ataque e defesa contra o inimigo”. Picasso (Pablo Ruiz Picasso morreu em 8 de abril de 1973)



Mulher chorando, 1937

**NÃO À GUERRA
NO IRAQUE!**